



Stone Serviços Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 48.912.814/0001-29

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas da Stone Serviços Financeiros S.A. ("Grupo" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Mensagem da Administração:** O Grupo Stone Serviços Financeiros possui como foco o atendimento a micro, pequenos e médios lojistas ("MPME") no Brasil, ofertando serviços financeiros que os ajudem a crescer e vender mais. Em 2025, o Grupo apresentou um sólido resultado, pautado pelo equilíbrio estratégico entre crescimento e rentabilidade. O TPV (total payment volume), o qual inclui transações realizadas por cartões e PIX QR Code, atingiu R\$560,9 bilhões no ano, um crescimento de 8,7% contra o ano anterior. Desse montante, o segmento core (MPME) foi responsável por um cresci-

mento de 11,0% no mesmo período, consolidando a Companhia como uma das líderes do segmento, com 4,7 milhões de MPMEs ativos em Adquirência. Nos últimos anos, o foco do Grupo tem sido a expansão para além dos serviços de aquisição, consolidando-se como a parceira do lojista em diversas frentes de serviços financeiros. Nesse sentido, a Companhia passou a ofertar soluções de banking e crédito, com forte foco em engajar o cliente e oferecer soluções que facilitem sua gestão financeira através de bundles de produtos de que ele precisa. O número de clientes com contas digitais ativas atingiu 3,7 milhões, um crescimento de 20,8% versus o ano anterior. Ainda, o Grupo alcançou R\$11,9 bilhões em depósitos de clientes, um crescimento expressivo de 27,4% versus o ano anterior. Em relação à oferta de crédito, o Grupo continua focado em ofertar dife-

rentes soluções, focadas principalmente em capital de giro para os pequenos e médios lojistas. O portfólio de crédito cresceu 2,3x em 2025, atingindo R\$2,8 bilhões. Esse forte crescimento foi acompanhado de um rígido controle na qualidade do portfólio, o que nos permite continuar crescendo com confiança à medida que ajudamos nossos clientes com suas necessidades de capital. Acreditamos estarmos bem posicionados para continuar crescendo e gerando valor para nossos clientes e acionistas através das nossas diferentes soluções financeiras e serviços de ponta. Nos mantemos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que possuem, ajudando-os a melhor gerirem seus negócios e venderem mais.

A Administração.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	54.197	127.052	50.686.753	44.500.456
Caixa e equivalentes de caixa	4.2	45.332	4.640.811	5.044.407
Aplicações financeiras	5.3	-	70.930	42.467
Depósitos no Banco Central do Brasil	5.7	-	2.075.747	8.805.882
Contas a receber de emissores	5.4.1.1	-	40.834.986	28.804.757
Operações de crédito	5.6.1	-	2.008.436	891.718
Contas a receber de clientes	5.5.1	-	148.956	150.449
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	-	88	105.250
Impostos a recuperar	7.1	8.857	589.146	347.849
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	8	-
Outros ativos	6.1	-	317.645	307.677
Ativo não circulante	1.993.746	2.515.698	3.732.378	3.343.326
Contas a receber de emissores	5.4	-	146.776	116.245
Operações de crédito	5.6.1	-	438.380	171.401
Contas a receber de clientes	5.5.1	-	21.871	17.626
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	-	10.618	73.326
Ativos fiscais diferidos	8.3	-	1.061.512	927.886
Outros ativos	6.1	-	123.516	73.650
Investimentos	9	1.993.746	2.515.698	-
Imobilizado	10	-	1.667.698	1.675.294
Intangível	11	-	262.007	287.898
Total do ativo	2.047.943	2.642.750	54.419.131	47.843.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	339.340	392.341	339.401	392.359
Outros resultados abrangentes	(261.406)	(89.564)	(261.406)	(89.564)
Itens que serão reclassificados para o resultado:	(261.406)	(89.564)	(261.406)	(89.564)
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente	(502.453)	(117.084)	(502.453)	(117.084)
Efeito tributário sobre item acima	195.634	39.809	195.634	39.809
Ganho (perda) não realizado de hedge de fluxo de caixa	70.567	(18.604)	70.567	(18.604)
Efeito tributário sobre item acima	(25.154)	6.315	(25.154)	6.315
Adoção de norma	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	77.934	302.777	77.995	302.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital		Reserva legal		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados		Participação de não controladores		Total	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.379.198	140.170	16.915	651.321	(341.056)	1.846.548	218	1.846.766	3	3	3	3	3	3	3	3
Transações com não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital		320.000	-	-	-	-	320.000	-	320.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	14.2.1	-	190.412	-	-	-	190.412	-	190.412	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente, líquida de impostos		-	-	-	-	(77.275)	(77.275)	-	(77.275)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		-	-	-	-	(12.289)	(12.289)	-	(12.289)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	392.341	-	392.341	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:																	
Reserva legal	14.2.2	-	-	4.906	-	(4.906)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.3	-	-	-	(135.930)	-	(135.930)	-	(135.930)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	14.2.3	-	-	-	387.435	(387.435)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.699.198	330.582	21.821	902.826	(430.620)	2.523.807	239	2.524.046	80	80	80	80	80	80	80	80
Transações com não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	14.2.1	-	83.421	-	-	-	83.421	-	83.421	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente, líquida de impostos		-	-	-	-	(306.819)	(306.819)	-	(306.819)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		-	-	-	-	45.413	45.413	-	45.413	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	339.340	-	339.340	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:																	
Reserva legal	-	-	16.966	-	(16.966)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.3	-	-	-	(596.186)	-	(596.186)	-	(596.186)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	14.2.3	-	-	-	37.407	(37.407)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.699.198	414.003	38.787	269.233	(692.026)	1.729.195	380	1.729.575	380	380	380	380	380	380	380	380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Stone Serviços Financeiros S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Stone Holding Instituições S.A. foi constituída em 26 de outubro de 2022, está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Rebouças, nº 2880, 5º andar, sala 5, CEP 05402-500. A Companhia tem por objeto social deter participações societárias em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, é controlada diretamente pela DLP Capital LLC ("DLP Capital") e pela DLP Participações S.A. e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia e demais entidades do Consolidado Holding (coletivamente, o "Grupo") estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de tecnologia financeira para clientes e parceiros integrados para conduzir o comércio eletrônico de forma transparente em todos os canais de pontos de venda, online e móveis, o que inclui a integração a plataformas de tecnologia baseadas em nuvem, oferecendo serviços para aceitação de diversas formas de pagamentos eletrônicos, automação de processos de negócios nas soluções de ponto de venda e capital de giro. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram aprovadas para emissão pela Administração em 30 de abril de 2026.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 Base de apresentação: As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações consolidadas compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, bem como as notas explicativas. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Grupo. Todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Questões relacionadas ao clima:** O Grupo reconhece a presença e a importância do risco climático e busca integrá-lo como parte dos demais riscos gerenciados. Pela natureza de suas atividades, o Grupo é afetado principalmente por riscos físicos e de transição de forma indireta, como resultado dos efeitos desses riscos sobre seus clientes. Nesse contexto, o Grupo tem o objetivo de desenvolver suas capacidades de identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, reporte e mitigação dos efeitos potenciais resultantes de riscos sociais, ambientais e climáticos associados aos seus produtos, serviços, atividades e processos

priorizados, com base nos princípios de relevância e proporcionalidade. A visão atual do Grupo é de que seu modelo de negócios e seus principais produtos não devem sofrer um impacto significativo com a transição para uma economia de baixo carbono. As questões relacionadas ao clima, no entanto, podem aumentar a incerteza em determinadas estimativas e premissas que sustentam alguns itens nas demonstrações financeiras. Embora os riscos relacionados ao clima possam não ter um impacto significativo na mensuração atualmente, o Grupo está monitorando de perto as mudanças e desenvolvimentos relevantes, tais como novas legislações relacionadas ao clima. Os ativos financeiros podem ser impactados indiretamente por questões relacionadas ao clima, principalmente a carteira de crédito. Os fluxos de caixa de clientes cujos negócios são afetados por riscos de transição, eventos climáticos extremos e outros riscos climáticos físicos podem ser impactados. No entanto, esse risco é mitigado pela base diversificada e ampla de clientes que operam em diversos setores e em diferentes regiões geográficas do Brasil, além do prazo de vencimento relativamente curto dos empréstimos. Eventos climáticos extremos podem afetar de forma mais significativa cidades ou áreas geográficas específicas.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são apresentadas nas notas explicativas correspondentes ao longo das demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis gerais, não relacionadas a notas específicas, são apresentadas a seguir: **3.1 Base de Consolidação e Investimentos:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo: • Tem poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); • Está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • Tem a capacidade de usar seu poder para afetar seus retornos. Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para fundamentar essa presunção e quando o Grupo possui menos da maioria dos direitos de voto ou direitos similares de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo: • Os acordos contratuais com outros detentores de votos da investida; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e direitos de voto potenciais do Grupo. A consolidação de uma controlada inicia-se quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e cessa quando o Grupo perde o controle da mesma. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém o controle até a data em que o Grupo deixa de controlar a entidade. Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre membros do Grupo são eliminados integralmente na consolidação. **3.1.1 Consolidação**

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	15.1.1.1	-	2.452.728	3.050.630
Receita líquida de aluguel de equipamentos	15.1.1.2	-	462.926	414.240
Rendas financeiras	15.1.2	-	9.886.627	7.483.070
Outras rendas financeiras	15.1.3	230	710.975	445.858
Total de receitas	230	-	13.513.256	11.393.798
Custo dos serviços	17	-	(3.758.732)	(2.927.482)
Despesas administrativas	17	(89)	(580.270)	(580.585)
Despesas com vendas	17	-	(2.040.527)	(1.756.670)
Despesa de pessoal	16	(22.764)	(13.855)	(6.579.513)
Despesas financeiras, líquidas	16	(22.764)	(13.855)	(6.579.513)
Outras receitas (despesas), líquidas	17	-	(255.680)	(330.297)
Total de despesas	(22.853)	(13.937)	(13.214.722)	(10.881.337)
Resultado de participação em controlada	9	361.963	406.278	-
Lucros antes dos impostos	339.340	392.341	298.534	512.461
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.2	-	(150.173)	(105.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	191.040	(14.503)
Lucro líquido do exercício	339.340	392.341	339.401	392.359
Atribuível à própria instituição		339.340	339.340	392.341
Atribuível a não controladores		-	61	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	339.340	392.341	339.401	392.359
Ajustes ao lucro líquido:	(361.963)	(406.278)	4.992.995	3.918.091
Resultado de participação em controlada	9	(361.963)	(406.278)	-
Depreciação e amortização	9/10	-	-	735.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	-	(191.040)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	4.038.084
Provisão para contingências	12	-	-	107.641
Despesa com pagamentos baseados em ações	5.4.1.2/5.5.2	-	-	164.001
Provisão para perdas de crédito esperadas	5.6.1	-	-	118.800
Resultado na alienação de ativos imobilizados	17.2.5	-	-	(9.248)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros ao VJR	17.2.1	-	-	250.694
Ajuste a valor justo de derivativos	-	-	-	(221.722)
Variáveis nos ativos e passivos	6.984	(77		

... continuação		Stone Serviços Financeiros S.A.																																																													
<p>não são o fator decisivo. Uma entidade projetada de forma que os direitos de voto não sejam o fator determinante para decidir quem a controla é denominada entidade estruturada. Com base nos termos contratuais, o Grupo identificou que certos investimentos em fundos atendem à definição de entidade estruturada conforme o IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades. Os regulamentos dessas entidades estruturadas foram estabelecidos em sua constituição para conceder autoridade significativa de tomada de decisão sobre essas entidades ao Grupo. Como detentor único ou majoritário das cotas subordinadas, o Grupo tem direito ao valor residual total das entidades, se houver, e, portanto, possui os direitos aos seus retornos variáveis. De acordo com o IFRS 10, o controle existe quando há poder sobre a investida, exposição a retornos variáveis e capacidade de usar o poder para afetar esses retornos. Assim, o Grupo concluiu que controla as entidades estruturadas listadas na nota explicativa 3.1.2 cujas principais atividades são definidas como "Fundos de investimentos", sendo elas consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo. As cotas detidas por terceiros (sênior ou mezanino), quando aplicáveis, satisfazem a definição de passivo financeiro do IAS 32.16, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na rubrica de "Outros instrumentos de dívida".</p> <p>3.1.2 Composição do Grupo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome da empresa</th> <th>Principais atividades</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")</td> <td>Serviços de aquisição</td> <td>99,99</td> <td>99,99</td> </tr> <tr> <td>Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")</td> <td>Instituição financeira</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")</td> <td>Instituição financeira</td> <td>99,99</td> <td>99,99</td> </tr> <tr> <td>Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Cartões")</td> <td>Serviços de benefícios</td> <td>99,99</td> <td>99,99</td> </tr> <tr> <td>Stone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) ("Stone DTVM")</td> <td>Distribuidora de títulos e valores mobiliários</td> <td>99,99</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>MNLT S.A. ("MNLT")</td> <td>Serviços de aquisição</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>Pagar.me S.A. ("Pagar.me")</td> <td>Serviços de aquisição</td> <td>99,99</td> <td>99,99</td> </tr> <tr> <td>Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. (b) ("Stone Pay")</td> <td>Consultoria em tecnologia da informação</td> <td>100,00</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Soma III Fundo de investimento em Direitos Creditórios ("FIDC SOMA III")</td> <td>Fundos de investimentos</td> <td>73,18</td> <td>66,91</td> </tr> <tr> <td>Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC TAPSO")</td> <td>Fundos de investimentos</td> <td>83,57</td> <td>88,60</td> </tr> <tr> <td>Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR I Bancos Emissores de Cartão de Crédito Resp. Limitada ("FIDC ACR I")</td> <td>Fundos de investimentos</td> <td>7,85</td> <td>7,07</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Em 06 de novembro de 2025, o BACEN autorizou o funcionamento da Stone DTVM, uma instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. A controladora direta da Stone DTVM é a Stone IP. (b) Em 26 de agosto de 2025, a Stone IP adquiriu a Stone Pay pelo valor de R\$ 36.313, passando a deter a totalidade de seu capital social. 3.2 Arrendamentos: O Grupo reconhece os passivos de arrendamento seguindo os princípios do IFRS 16 – Arrendamentos. A determinação de se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de seu início. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais acordos são definidos como arrendamentos. 3.2.1 Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, para os quais o Grupo opta pela isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento que representam pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador em contrapartida a ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos subjacentes ao contrato de arrendamento. 3.2.1.1 Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Eles são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear ao longo do que for menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Vida útil estimada (anos)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Escritórios</td> <td>1-10</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>1-3</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos</td> <td>1-10</td> </tr> <tr> <td>Software</td> <td>1-3</td> </tr> </tbody> </table> <p>3.2.1.2 Passivos de arrendamento: Na data de início, o Grupo reconhece em "Outros instrumentos de dívida" os passivos de arrendamento ao valor presente dos pagamentos a serem feitos ao longo do prazo de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra com certeza razoável de ser exercida pelo Grupo e de penalidades por rescisão, caso o prazo do arrendamento reflita o exercício desta opção pelo Grupo. Os pagamentos de arrendamento variáveis são reconhecidos como despesa no mesmo período em que ocorre o evento ou condição que gerou o pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, o Grupo utiliza a taxa de juros incremental sobre empréstimos na data de início do arrendamento, caso a taxa de juros implícita no arrendamento não seja prontamente determinável. Após a data de início, o saldo do passivo de arrendamento é aumentado para refletir a apropriação de juros e reduzido quando os pagamentos de arrendamento são efetuados. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificação, mudança no prazo do arrendamento, mudança nos pagamentos fixos em substância ou mudança na avaliação de compra do ativo subjacente. 3.2.1.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção para contratos de até 12 meses ou ativos de valor abaixo de US\$ 5 mil (como equipamentos de escritório). Os pagamentos são reconhecidos como despesa conforme incorridos. 3.2.2 Grupo como arrendador: Arrendamentos nos quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e estruturação de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como depreciação no resultado ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita no período em que são auferidos. O Grupo possui contratos de arrendamento de Pin Pads e POS para seus clientes. Os saldos dos ativos arrendados estão sendo apresentados na linha de "mobilização" no balanço patrimonial consolidado e são depreciados linearmente ao longo de suas vidas úteis esperadas. A receita de arrendamentos operacionais, líquida de quaisquer incentivos concedidos ao arrendatário, é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento na linha de "Receita líquida de aluguel de equipamentos" na demonstração consolidada de resultados. 3.3 Classificação de circulante e não circulante: O Grupo apresenta ativos e passivos na demonstração da posição financeira com base na classificação em circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido, no ciclo operacional normal; • É mantido principalmente para fins de negociação; • Espera-se que seja realizado dentro de doze meses após o período de relatório; ou • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrição para troca ou uso para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório. Todos os outros ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal; • É mantido principalmente para fins de negociação; • Deve ser liquidado dentro de doze meses após o período de relatório; ou • Não há um direito incondicional de diferir (adiar) a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório. Todos os outros passivos são classificados como não circulantes. Ativos e passivos tributários diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes. 3.4 Normas e interpretações que entrarão em períodos futuros: As novas normas e alterações em normas e interpretações que foram emitidas, mas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025, são apresentadas abaixo. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações, se aplicáveis, quando as mesmas entrarem em vigor. 3.4.1 IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos requisitos de apresentação na demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades deverão classificar todas as receitas e despesas na demonstração do resultado em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs), certas medidas de desempenho de lucro ou prejuízo, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nos "papéis" identificados das demonstrações financeiras principais (PFS) e das notas explicativas. Adicionalmente, foram feitas alterações de escopo restrito na IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional", além da remoção das opções relacionadas à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em diversas outras normas. A IFRS 18, e as alterações nas demais normas, são vigentes para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. O Grupo está revisando a norma atualmente para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras principais e nas notas explicativas, incluindo a reapresentação de informações comparativas. 3.4.2 IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação das demais Normas Contábeis IFRS. Para ser elegível, ao final do período de relatório, a entidade deve ser uma subsidiária conforme definido na IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública (prestação de contas pública) e deve ter uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada. O Grupo não é elegível para aplicar a IFRS 19, uma vez que possui responsabilidade pública. 3.4.3 IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações: Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, que alteraram a IFRS 9 e a IFRS 7. As alterações fornecem orientações adicionais e clareza sobre os seguintes temas específicos: data de reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa destes instrumentos para classificação e mensuração. Também são aprimoradas as divulgações sobre instrumentos patrimoniais reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações serão aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pela Companhia e serão concluídos até a data de entrada em vigor do pronunciamento. 3.4.4 Lei Complementar nº 214/2025: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a LC nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. 3.4.5 Lei Complementar nº 227/2026: Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a LC nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS), estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para os serviços financeiros, sujeitos ao IBS/CBS, que atualmente sujeitam ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e outras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional. 3.5 Julgamentos, estimativas e premissas significativas: A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias exige que a administração realize julgamentos e estimativas, bem como adote premissas que afetam os valores apresentados referentes a receitas, despesas, ativos e passivos na data das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período da revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de divergências relevantes entre os resultados estimados e os reais no futuro. As premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data de relatório são apresentadas em cada uma das notas explicativas ao longo das demonstrações financeiras.</p>						Nome da empresa	Principais atividades	2025	2024	Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	Serviços de aquisição	99,99	99,99	Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Instituição financeira	100,00	100,00	Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")	Instituição financeira	99,99	99,99	Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Cartões")	Serviços de benefícios	99,99	99,99	Stone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) ("Stone DTVM")	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,99	100,00	MNLT S.A. ("MNLT")	Serviços de aquisição	100,00	100,00	Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	Serviços de aquisição	99,99	99,99	Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. (b) ("Stone Pay")	Consultoria em tecnologia da informação	100,00	–	Soma III Fundo de investimento em Direitos Creditórios ("FIDC SOMA III")	Fundos de investimentos	73,18	66,91	Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC TAPSO")	Fundos de investimentos	83,57	88,60	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR I Bancos Emissores de Cartão de Crédito Resp. Limitada ("FIDC ACR I")	Fundos de investimentos	7,85	7,07		Vida útil estimada (anos)	Escritórios	1-10	Veículos	1-3	Equipamentos	1-10	Software	1-3
Nome da empresa	Principais atividades	2025	2024																																																												
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	Serviços de aquisição	99,99	99,99																																																												
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Instituição financeira	100,00	100,00																																																												
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")	Instituição financeira	99,99	99,99																																																												
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Cartões")	Serviços de benefícios	99,99	99,99																																																												
Stone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) ("Stone DTVM")	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,99	100,00																																																												
MNLT S.A. ("MNLT")	Serviços de aquisição	100,00	100,00																																																												
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	Serviços de aquisição	99,99	99,99																																																												
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. (b) ("Stone Pay")	Consultoria em tecnologia da informação	100,00	–																																																												
Soma III Fundo de investimento em Direitos Creditórios ("FIDC SOMA III")	Fundos de investimentos	73,18	66,91																																																												
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC TAPSO")	Fundos de investimentos	83,57	88,60																																																												
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR I Bancos Emissores de Cartão de Crédito Resp. Limitada ("FIDC ACR I")	Fundos de investimentos	7,85	7,07																																																												
	Vida útil estimada (anos)																																																														
Escritórios	1-10																																																														
Veículos	1-3																																																														
Equipamentos	1-10																																																														
Software	1-3																																																														
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disponibilidades – em moeda nacional</td> <td>45.332</td> <td>122.951</td> </tr> <tr> <td>Disponibilidades – em moeda estrangeira</td> <td>–</td> <td>9.234</td> </tr> <tr> <td></td> <td>45.332</td> <td>122.951</td> </tr> </tbody> </table>			Controladora	Consolidado		31/12/2025	31/12/2025	Disponibilidades – em moeda nacional	45.332	122.951	Disponibilidades – em moeda estrangeira	–	9.234		45.332	122.951	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disponibilidades – em moeda nacional</td> <td>4.631.577</td> <td>5.010.767</td> </tr> <tr> <td>Disponibilidades – em moeda estrangeira</td> <td>–</td> <td>33.640</td> </tr> <tr> <td></td> <td>4.631.577</td> <td>5.044.407</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/2025	31/12/2024	Disponibilidades – em moeda nacional	4.631.577	5.010.767	Disponibilidades – em moeda estrangeira	–	33.640		4.631.577	5.044.407																															
	Controladora	Consolidado																																																													
	31/12/2025	31/12/2025																																																													
Disponibilidades – em moeda nacional	45.332	122.951																																																													
Disponibilidades – em moeda estrangeira	–	9.234																																																													
	45.332	122.951																																																													
	31/12/2025	31/12/2024																																																													
Disponibilidades – em moeda nacional	4.631.577	5.010.767																																																													
Disponibilidades – em moeda estrangeira	–	33.640																																																													
	4.631.577	5.044.407																																																													
<p>5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS</p> <p>5.1 Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 5.1.1.1 Ativos financeiros: 5.1.1.1.1 Descrição dos diferentes ativos financeiros: O Grupo detém ativos financeiros em todos os seus negócios devido à natureza de suas atividades. Para facilitar a compreensão, os itens são apresentados pela atividade que os gerou, sua forma de mensuração e classificação no resultado.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial</th> <th>Descrição da Atividade Relacionada</th> <th>Base de Mensuração</th> <th>Classificação no Resultado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras</td> <td>Gestão de liquidez do negócio</td> <td>Caixa e Equivalentes de Caixa – Custo Amortizado Aplicações Financeiras – VJR (a)</td> <td>Receita de juros – Outras rendas financeiras Ganhos ou perdas de valor justo – Outras rendas financeiras Ganho ou Perda com Câmbio – Despesas Financeiras, Líquidas</td> </tr> <tr> <td>Depósitos no Banco Central do Brasil</td> <td>Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN)</td> <td>Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN) – Custo Amortizado Títulos Públicos – VJR</td> <td>Receita de Juros – Rendas Financeiras Ganho ou perdas de valor justo – Rendas Financeiras</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de emissores</td> <td>Corresponde aos valores a receber de emissores de cartões por transações processadas pelo negócio de aquisição. Os saldos não rendem juros. Os recebíveis são regularmente vendidos antes do vencimento como parte da estratégia de captação.</td> <td>VJORA (b)</td> <td>Ganhos ou perdas de valor justo – Outros resultados abrangentes Custo de captação na venda de recebíveis – Despesas Financeiras, Líquidas Ganho ou Perda com Câmbio em transações realizadas com moedas estrangeiras – Despesas Financeiras, Líquidas</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>Corresponde aos valores devidos por clientes do negócio de aquisição por serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.</td> <td>Custo Amortizado</td> <td>Provisão de perda de crédito esperada – Custo dos Serviços Juros e multas por atraso de pagamento – Outras Rendas Financeiras</td> </tr> <tr> <td>Operações de Crédito</td> <td>Corresponde ao crédito (empréstimos de capital de giro e saldos devedores de cartão) concedido a clientes.</td> <td>Custo Amortizado</td> <td>Receita de juros – Rendas Financeiras Provisão de perda de crédito esperada – Custos dos Serviços Variações cambiais sobre saldos de cartão de crédito em moeda estrangeira – Despesas Financeiras, Líquidas</td> </tr> <tr> <td>Instrumentos financeiros derivativos</td> <td>Corresponde a derivativos contratados para gerir os riscos financeiros (principalmente taxa de juros e câmbio) inerentes aos negócios de aquisição e relacionados à estrutura de captação.</td> <td>VJR</td> <td>Ganhos ou perdas de valor justo – Despesas financeiras líquidas, exceto para hedge de fluxo de caixa. Parcela ineficaz da variação do valor justo – Despesas Financeiras, Líquidas Parcela eficaz da variação do valor justo após reclassificação do ORA – Despesas Financeiras, Líquidas</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) VJR: Valor Justo por meio do Resultado. (b) VJORA: Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. 5.1.1.2 Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo mensura seus instrumentos financeiros pelo preço da transação ou ao seu valor justo, os custos de transação são atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação dos ativos são acrescidos (exceto para os mensurados ao valor justo por meio do resultado "VJR"). 5.1.1.3 Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 5.1.1.3.1 Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da taxa de juros efetiva ("TJE") e estão sujeitos a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre impairment. Os ativos financeiros ao custo amortizado do Grupo incluem Contas a receber de clientes, Carteira de crédito, Contas a receber de partes relacionadas e Outros ativos, uma vez que são mantidos para receber pagamentos de principal e juros e atendem ao teste SPPI. 5.1.1.3.2 Ativos financeiros ao VJORA com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): Para instrumentos de dívida ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes), a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de impairment são reconhecidas na demonstração do resultado de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As demais variações de valor justo são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA). No momento da baixa, a variação acumulada do valor justo reconhecida em ORA é reciclada para o resultado. Esta categoria é a mais relevante para o Grupo e corresponde exclusivamente a Contas a receber de credenciadoras de cartão. 5.1.1.3.3 Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados na baixa (instrumentos de patrimônio): No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar irrevogavelmente por designar seus investimentos em instrumentos de patrimônio (ações) como VJORA quando estes atendem à definição de patrimônio líquido da IAS 32 e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento. Ganhos e perdas nesses ativos financeiros nunca são reciclados para o resultado, mesmo que o ativo seja vendido ou sofra impairment. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas financeiras no resultado quando o direito ao recebimento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais recursos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em ORA. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos à avaliação de impairment. O Grupo optou por classificar irrevogavelmente alguns dos investimentos em ações nesta categoria, incluídos em Investimentos de longo prazo. 5.1.1.3.4 Ativos financeiros ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): Os ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não atendem a condição SPPI, tais como: (i) títulos; (ii) ativos financeiros de soluções bancárias e (iii) instrumentos financeiros derivativos. 5.1.1.4 TJE: Representa a taxa de juros que desconta os fluxos de caixa futuros esperados durante todo o prazo contratual de um instrumento financeiro ao seu respectivo valor presente. A TJE pode incluir todos os custos de originação do instrumento financeiro, bem como receitas adicionais previstas em contrato. 5.1.1.5 Desreconhecimento (Baixa): Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado do balanço patrimonial consolidado quando: • Os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa recebidos integralmente e sem atraso material a um terceiro sob um acordo de repasse; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e</p>						Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado	Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	Gestão de liquidez do negócio	Caixa e Equivalentes de Caixa – Custo Amortizado Aplicações Financeiras – VJR (a)	Receita de juros – Outras rendas financeiras Ganhos ou perdas de valor justo – Outras rendas financeiras Ganho ou Perda com Câmbio – Despesas Financeiras, Líquidas	Depósitos no Banco Central do Brasil	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN)	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN) – Custo Amortizado Títulos Públicos – VJR	Receita de Juros – Rendas Financeiras Ganho ou perdas de valor justo – Rendas Financeiras	Contas a receber de emissores	Corresponde aos valores a receber de emissores de cartões por transações processadas pelo negócio de aquisição. Os saldos não rendem juros. Os recebíveis são regularmente vendidos antes do vencimento como parte da estratégia de captação.	VJORA (b)	Ganhos ou perdas de valor justo – Outros resultados abrangentes Custo de captação na venda de recebíveis – Despesas Financeiras, Líquidas Ganho ou Perda com Câmbio em transações realizadas com moedas estrangeiras – Despesas Financeiras, Líquidas	Contas a receber de clientes	Corresponde aos valores devidos por clientes do negócio de aquisição por serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.	Custo Amortizado	Provisão de perda de crédito esperada – Custo dos Serviços Juros e multas por atraso de pagamento – Outras Rendas Financeiras	Operações de Crédito	Corresponde ao crédito (empréstimos de capital de giro e saldos devedores de cartão) concedido a clientes.	Custo Amortizado	Receita de juros – Rendas Financeiras Provisão de perda de crédito esperada – Custos dos Serviços Variações cambiais sobre saldos de cartão de crédito em moeda estrangeira – Despesas Financeiras, Líquidas	Instrumentos financeiros derivativos	Corresponde a derivativos contratados para gerir os riscos financeiros (principalmente taxa de juros e câmbio) inerentes aos negócios de aquisição e relacionados à estrutura de captação.	VJR	Ganhos ou perdas de valor justo – Despesas financeiras líquidas, exceto para hedge de fluxo de caixa. Parcela ineficaz da variação do valor justo – Despesas Financeiras, Líquidas Parcela eficaz da variação do valor justo após reclassificação do ORA – Despesas Financeiras, Líquidas																														
Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado																																																												
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	Gestão de liquidez do negócio	Caixa e Equivalentes de Caixa – Custo Amortizado Aplicações Financeiras – VJR (a)	Receita de juros – Outras rendas financeiras Ganhos ou perdas de valor justo – Outras rendas financeiras Ganho ou Perda com Câmbio – Despesas Financeiras, Líquidas																																																												
Depósitos no Banco Central do Brasil	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN)	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN) – Custo Amortizado Títulos Públicos – VJR	Receita de Juros – Rendas Financeiras Ganho ou perdas de valor justo – Rendas Financeiras																																																												
Contas a receber de emissores	Corresponde aos valores a receber de emissores de cartões por transações processadas pelo negócio de aquisição. Os saldos não rendem juros. Os recebíveis são regularmente vendidos antes do vencimento como parte da estratégia de captação.	VJORA (b)	Ganhos ou perdas de valor justo – Outros resultados abrangentes Custo de captação na venda de recebíveis – Despesas Financeiras, Líquidas Ganho ou Perda com Câmbio em transações realizadas com moedas estrangeiras – Despesas Financeiras, Líquidas																																																												
Contas a receber de clientes	Corresponde aos valores devidos por clientes do negócio de aquisição por serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.	Custo Amortizado	Provisão de perda de crédito esperada – Custo dos Serviços Juros e multas por atraso de pagamento – Outras Rendas Financeiras																																																												
Operações de Crédito	Corresponde ao crédito (empréstimos de capital de giro e saldos devedores de cartão) concedido a clientes.	Custo Amortizado	Receita de juros – Rendas Financeiras Provisão de perda de crédito esperada – Custos dos Serviços Variações cambiais sobre saldos de cartão de crédito em moeda estrangeira – Despesas Financeiras, Líquidas																																																												
Instrumentos financeiros derivativos	Corresponde a derivativos contratados para gerir os riscos financeiros (principalmente taxa de juros e câmbio) inerentes aos negócios de aquisição e relacionados à estrutura de captação.	VJR	Ganhos ou perdas de valor justo – Despesas financeiras líquidas, exceto para hedge de fluxo de caixa. Parcela ineficaz da variação do valor justo – Despesas Financeiras, Líquidas Parcela eficaz da variação do valor justo após reclassificação do ORA – Despesas Financeiras, Líquidas																																																												
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial</th> <th>Descrição da Atividade Relacionada</th> <th>Base de Mensuração</th> <th>Classificação no Resultado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depósitos</td> <td>Valores mantidos por clientes bancários em suas contas de pagamento e depósitos a prazo. Geralmente não resultam no reconhecimento de ganhos ou perdas.</td> <td>Custo Amortizado</td> <td>Despesas com Juros – Despesas Financeiras, Líquida</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar a estabelecimentos</td> <td>Valores a pagar a estabelecimentos por transações de aquisição. Os saldos não rendem juros, mas podem ser antecipados com desconto.</td> <td>Custo Amortizado</td> <td>Ganho com Pagamento antecipado – Rendas Financeiras</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores e contas a pagar</td> <td>Corresponde a pagamentos para arranjos de pagamento (bandeiras) e fornecedores diversos.</td> <td>Custo Amortizado</td> <td>Custo de Serviços Despesas Administrativas Despesas com Vendas</td> </tr> <tr> <td>Depósitos institucionais e títulos de dívida</td> <td>Financiamentos obtidos, depósitos a prazo e títulos de dívida, incluindo cotas de FIDC de entidades consolidadas.</td> <td>Custo Amortizado</td> <td>Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas</td> </tr> <tr> <td>Outros instrumentos de dívida</td> <td>Financiamentos obtidos de terceiros, arrendamentos (leasing) e outros instrumentos de dívida.</td> <td>Custo Amortizado</td> <td>Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas</td> </tr> <tr> <td>Passivos de instrumentos financeiros derivativos</td> <td>Derivativos para gerir riscos financeiros (juros e câmbio) inerentes à aquisição e à estrutura de capital.</td> <td>VJR</td> <td>Ganho ou perdas por valor justo, exceto se designado como contabilidade de hedge – Despesas Financeiras, líquidas Parcela ineficaz da variação (Hedge) no valor justo – Despesas financeiras, líquidas Parcela eficaz da variação (Hedge) no valor justo, uma vez reclassificada de ORA – Despesas financeiras, líquidas</td> </tr> </tbody> </table>		Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado	Depósitos	Valores mantidos por clientes bancários em suas contas de pagamento e depósitos a prazo. Geralmente não resultam no reconhecimento de ganhos ou perdas.	Custo Amortizado	Despesas com Juros – Despesas Financeiras, Líquida	Contas a pagar a estabelecimentos	Valores a pagar a estabelecimentos por transações de aquisição. Os saldos não rendem juros, mas podem ser antecipados com desconto.	Custo Amortizado	Ganho com Pagamento antecipado – Rendas Financeiras	Fornecedores e contas a pagar	Corresponde a pagamentos para arranjos de pagamento (bandeiras) e fornecedores diversos.	Custo Amortizado	Custo de Serviços Despesas Administrativas Despesas com Vendas	Depósitos institucionais e títulos de dívida	Financiamentos obtidos, depósitos a prazo e títulos de dívida, incluindo cotas de FIDC de entidades consolidadas.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas	Outros instrumentos de dívida	Financiamentos obtidos de terceiros, arrendamentos (leasing) e outros instrumentos de dívida.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas	Passivos de instrumentos financeiros derivativos	Derivativos para gerir riscos financeiros (juros e câmbio) inerentes à aquisição e à estrutura de capital.	VJR	Ganho ou perdas por valor justo, exceto se designado como contabilidade de hedge – Despesas Financeiras, líquidas Parcela ineficaz da variação (Hedge) no valor justo – Despesas financeiras, líquidas Parcela eficaz da variação (Hedge) no valor justo, uma vez reclassificada de ORA – Despesas financeiras, líquidas	<p>5.1.2 Reconhecimento e mensuração inicial: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo no resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Companhia são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. 5.1.2.3 Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: 5.1.2.3.1. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao valor justo no resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como ao VJR, conforme abaixo: a) Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; b) Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; c) Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; d) Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; e) Contratos híbridos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são classificados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros" forem atendidos. 5.1.2.3.2 Passivos financeiros ao custo amortizado: Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da TJE. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.</p>																															
Linha de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado																																																												
Depósitos	Valores mantidos por clientes bancários em suas contas de pagamento e depósitos a prazo. Geralmente não resultam no reconhecimento de ganhos ou perdas.	Custo Amortizado	Despesas com Juros – Despesas Financeiras, Líquida																																																												
Contas a pagar a estabelecimentos	Valores a pagar a estabelecimentos por transações de aquisição. Os saldos não rendem juros, mas podem ser antecipados com desconto.	Custo Amortizado	Ganho com Pagamento antecipado – Rendas Financeiras																																																												
Fornecedores e contas a pagar	Corresponde a pagamentos para arranjos de pagamento (bandeiras) e fornecedores diversos.	Custo Amortizado	Custo de Serviços Despesas Administrativas Despesas com Vendas																																																												
Depósitos institucionais e títulos de dívida	Financiamentos obtidos, depósitos a prazo e títulos de dívida, incluindo cotas de FIDC de entidades consolidadas.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas																																																												
Outros instrumentos de dívida	Financiamentos obtidos de terceiros, arrendamentos (leasing) e outros instrumentos de dívida.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas																																																												
Passivos de instrumentos financeiros derivativos	Derivativos para gerir riscos financeiros (juros e câmbio) inerentes à aquisição e à estrutura de capital.	VJR	Ganho ou perdas por valor justo, exceto se designado como contabilidade de hedge – Despesas Financeiras, líquidas Parcela ineficaz da variação (Hedge) no valor justo – Despesas financeiras, líquidas Parcela eficaz da variação (Hedge) no valor justo, uma vez reclassificada de ORA – Despesas financeiras, líquidas																																																												

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Stone Serviços Financeiros S.A.

resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pela TJE. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição, além de taxas ou custos que sejam parte integrante da TJE. A amortização pela TJE é classificada como "Despesas financeiras, líquidas" na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Contas a pagar a clientes e todos os outros passivos financeiros, exceto instrumentos financeiros derivativos. As Contas a pagar a clientes representam valores devidos a clientes credenciados relacionados a transações de cartões de crédito e débito, líquidos das taxas de intercâmbio retidas pelas emissoras de cartões e taxas de avaliação (assessment fees) pagas às bandeiras de cartões, bem como as taxas líquidas de desconto do lojista (MDR – merchant discount rate) do Grupo, que são coletadas pelo Grupo na qualidade de agente. **5.1.2.4 Baixa de passivo financeiro:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **5.1.3 Valor justo de instrumentos financeiros:** Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Grupo utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação do Grupo, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Grupo utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **5.1.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial consolidado apenas se houver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em uma base líquida, para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos financeiros que atendam às condições para reconhecimento em base líquida. **5.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Periodicamente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos como parte de sua estratégia de gestão de risco, conforme definido na Política de Gestão de Risco de Mercado. O objetivo é a proteção (hedge) contra a exposição a flutuações nas taxas de câmbio, taxas de juros e outros fatores de risco que possam impactar suas operações financeiras. Esses instrumentos mitigam os efeitos de flutuações adversas de mercado e preservam a estabilidade financeira do Grupo. Os derivativos são monitorados continuamente para garantir a conformidade com as políticas internas de risco do Grupo e os requisitos regulatórios aplicáveis. Dependendo do instrumento e do risco sendo protegido, as estratégias de derivativos podem ser contabilizadas como hedges econômicos ou designadas para hedge accounting sob as categorias de Hedge Accounting de valor justo ou Hedge Accounting de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado e são posteriormente remensurados ao VJR. Os derivativos são mantidos como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Certos acordos firmados pelo Grupo para a aquisição de subsidiárias e coligadas incluem opções de compra (call options) para adquirir participações adicionais nas investidas, as quais são classificadas como derivativos embutidos. Cada uma das opções é mensurada ao VJR de acordo com fórmulas pré-determinadas e registrada no balanço patrimonial consolidado como um ativo sob Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9.1.1). **5.1.5.1 Hedge de fluxo de caixa:** O Grupo utiliza hedge accounting para se proteger contra flutuações futuras de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, tais como mudanças em taxas de câmbio ou taxas de juros. O Hedge Accounting de fluxo de caixa é aplicado quando o relacionamento de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de Hedge Accounting, incluindo a documentação adequada quando o hedge é firmado, e desde que o hedge seja considerado altamente eficaz ao longo do tempo na mitigação do risco de flutuações de fluxo de caixa. O Grupo revisa regularmente a eficácia do hedge para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam apropriadamente contabilizados. Qualquer ineficácia de hedge identificada é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. Dependendo do instrumento e do risco protegido, alguns dos instrumentos financeiros derivativos do Grupo são utilizados como instrumentos de Hedge Accounting de fluxo de caixa. A parcela eficaz dos ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes". A parcela ineficaz é reconhecida na demonstração do resultado, em "Despesas financeiras, líquidas". Para o item protegido classificado como um instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado utilizando o método da TJE, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa é reclassificado para o resultado quando os fluxos de caixa protegidos impactam a demonstração do resultado. O método aplicado pelo Grupo para reclassificar os valores é o seguinte: (i) a parcela de juros acumulados do derivativo também é mensurada pelo método da TJE e reconhecida na demonstração do resultado, em "Despesas financeiras, líquidas", acompanhando a apropriação do item protegido; e (ii) os valores restantes relacionados ao valor justo do instrumento de hedge representam um efeito temporal reconhecido em "Outros Resultados Abrangentes" em cada data de reporte, sendo finalmente reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de hedge (Nota 5.9.1). **5.1.5.2 Hedge de valor justo:** O Grupo aplica Hedge Accounting de valor justo para se proteger contra mudanças no valor justo de ativos ou passivos decorrentes da exposição a riscos específicos, tais como mudanças em taxas de câmbio ou taxas de juros. De acordo com o IFRS, as mudanças no valor justo tanto do instrumento de hedge quanto do item protegido são reconhecidas diretamente no resultado do período. Isso permite que os ganhos ou perdas no instrumento de hedge compensem, no todo ou em parte, as perdas ou ganhos no item protegido. Para que um hedge de valor justo seja contabilizado desta maneira, o relacionamento de hedge deve atender a critérios específicos, tais como documentação formal do objetivo do hedge e evidência de que o hedge é altamente eficaz em compensar mudanças no valor justo do item protegido ao longo do tempo. Para sua carteira de crédito, o Grupo aplica uma abordagem de valor justo macro, que consiste em restabelecer o índice de cobertura entre o item protegido e os instrumentos de hedge conforme eles mudam ao longo do tempo. Isso ocorre porque o Grupo segue uma estratégia de hedge dinâmica de acordo com suas diretrizes de gestão de risco aprovadas. Para refletir a natureza dinâmica da carteira protegida, o período para o qual o Grupo designa esses hedges é de apenas um mês. Operacionalmente, o Grupo descontinua os relacionamentos de hedge anteriores e designa novos mensalmente. O Grupo realiza testes de eficácia regulares para todos os relacionamentos de hedge usando as abordagens de dollar offset ou critical terms match, conforme aplicável, para garantir que o relacionamento de hedge permaneça eficaz. Qualquer ineficácia de hedge é imediatamente reconhecida no resultado. **5.1.5.3 Hedge econômico:** O Grupo realiza certas transações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas transações não são formalmente designadas para Hedge Accounting. Embora esses derivativos sejam usados para gerar riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do período sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos do Hedge Accounting. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente contabilizados no resultado conforme ocorrem, refletindo as mudanças no valor justo dos derivativos. A decisão de não aplicar o Hedge Accounting a essas transações pode ser devida a considerações como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de Hedge Accounting, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. No entanto, o Grupo continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia global de gestão de riscos. **5.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 5.2.1 Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas: 5.2.1.1 Operações de crédito:** O Grupo calcula a Provisão para perdas de crédito esperadas para seus empréstimos com base em modelos estatísticos que consideram dados históricos internos e externos, informações de crédito negativas e garantias, entre outras informações que abordam o comportamento de cada devedor. O Grupo calcula sua carteira de crédito em três estágios: • (i) **Estágio 1:** corresponde a empréstimos que não apresentam aumento significativo no risco de crédito desde a origemação; as provisões para perdas de crédito esperadas são determinadas considerando eventos de probabilidade de inadimplência dentro de uma janela de 12 meses; • (ii) **Estágio 2:** corresponde a empréstimos que apresentaram aumento significativo no risco de crédito após a origemação; as provisões para perdas de crédito esperadas são estimadas considerando eventos de probabilidade de inadimplência ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo determina o Estágio 2 com base nos seguintes critérios: (a) critério absoluto: ativo financeiro vencido há mais de 30 dias; ou, (b) critério relativo: além do critério absoluto, o Grupo analisa mensalmente a evolução do risco de cada instrumento financeiro, comparando o score de comportamento atual atribuído a cada cliente com aquele atribuído no momento do reconhecimento do ativo financeiro. O score comportamental considera variáveis de comportamento de crédito, como inadimplência em outros produtos e dados de mercado sobre o cliente. Quando o risco de crédito aumenta significativamente desde a origemação, as operações do Estágio 1 são movidas para o Estágio 2. Para o Estágio 2, aplica-se um critério de "cura" quando o ativo financeiro deixa de atender aos critérios de aumento significativo no risco de crédito mencionados acima, e o empréstimo é movido para o Estágio 1. • (iii) **Estágio 3:** corresponde a empréstimos com perda de valor. O Grupo determina o Estágio 3 com base nos seguintes critérios: (a) critério absoluto: ativo financeiro vencido

há mais de 90 dias; ou, (b) critério relativo: indicadores de que o ativo financeiro não será pago integralmente sem a ativação de uma garantia ou fiança bancária. A indicação de que uma obrigação não será paga integralmente inclui a tolerância de instrumentos financeiros que impliquem a concessão de vantagens à contraparte após a deterioração da qualidade de crédito desta. O Grupo também assume um critério de cura para o Estágio 3, com relação à capacidade de reembolso da contraparte, como o percentual da dívida total paga ou o prazo limite para liquidar as obrigações da dívida atual. A Administração busca regularmente perspectivas prospectivas (forward-looking) para desenvolvimentos futuros do mercado, incluindo cenários macroeconômicos, bem como o perfil de risco de sua carteira. A Administração pode ajustar a provisão para perdas de crédito esperadas resultante dos modelos acima para melhor refletir essa perspectiva prospectiva. **5.2.1.2 Contas a receber de emissores:** O ambiente macroeconômico onde o Grupo opera é volátil e as credenciadoras de cartões podem ser impactadas negativamente. O monitoramento contínuo deste ambiente é crucial para as decisões sobre a provisão e como o Grupo estima sua provisão para perdas de crédito esperadas. O Grupo estima a provisão para perdas de crédito esperadas com base em informações externas e internas disponíveis que consideram a natureza esperada e o nível de risco associado aos recebíveis e as informações sobre os diferentes emissores (incluindo, quando disponível, ratings das principais agências). O Grupo monitora o risco de crédito dos emissores. **5.2.1.3 Contas a receber de clientes:** As taxas de provisão baseiam-se em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (ex: por tipo de produto, tipo de cliente e rating). A provisão é inicialmente baseada nas taxas de inadimplência históricas observadas pelo Grupo. O Grupo calibra para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. As informações sobre as Perdas Esperadas de Crédito são divulgadas na Nota 5.4.1.2. **5.2.2 Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não podem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado (FCD). As informações para esses modelos são extraídas de mercados observáveis sempre que possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os valores justos. Os julgamentos incluem considerações de variáveis como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

5.3 Aplicações financeiras

Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
70.930	42.467
70.930	42.467

Titulos públicos – LFT

5.4 Contas a receber de clientes: 5.4.1 Contas a receber de emissores: Referem-se aos recebíveis das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, o Grupo recebe em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o recebimento depende da quantidade de parcelas. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre 27 dias corridos após a captura da transação. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito parcelado, o recebimento de cada parcela ocorre 27 dias após o seu vencimento. **5.4.1.1 Composição de contas a receber de emissores:** Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitos pelos portadores de cartões são classificados conforme demonstrados a seguir:

Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
40.735.213	28.416.339
323.461	565.551
(76.912)	(60.888)
40.981.762	28.921.002
40.834.986	28.804.757
146.776	116.245

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Circulante

Não circulante

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como

(b) Contas a receber de outros adquirentes

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

resultado do processamento de transações com clientes. (b) Contas a receber de outras adquirentes relacionadas a transações de PSP (Provedor de Serviços de Pagamento).

5.4.1.2 Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
(60.888)	(65.691)
(74.159)	(60.830)
58.135	55.561
(76.912)	(60.888)

5.4.2 Contas a receber e obrigações vinculadas a cessão: De acordo com o IFRS 9, no registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida; e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada na demonstração do resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. **5.5 Contas a receber de clientes: 5.5.1 Composição de contas a receber de clientes:** Contas a receber são valores a receber de clientes, principalmente relacionados a serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.

Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
134.252	111.535
5.168	4.583
156.718	93.829
11.448	18.696
29.648	46.275
(166.407)	(106.843)
170.827	168.075
148.956	150.449
21.871	17.626

Circulante

Não circulante

5.5.2 Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
(111.984)	(81.395)
1.638	20.984
50.782	42.024
(166.407)	(106.843)

5.6 Operações de carteira de crédito: 5.6.1 Composição da carteira de crédito

Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
295.604	114.156
2.540.670	1.093.475
2.836.274	1.207.631
(389.682)	(144.512)
224	-
2.446.816	1.063.119
2.008.436	891.718
438.380	171.401

(a) O Grupo detém uma carteira de operações de crédito com taxa fixa exposta ao risco de mercado decorrente das flutuações das taxas de juros brasileiras. Para mitigar esse risco, foram celebrados swaps de taxa de juros fixa por flutuante para proteger o valor justo da carteira contra variações nas taxas. Esses swaps são classificados como hedge de valor justo e, consequentemente, o risco de taxa de juros das operações de crédito é contabilizado a mercado no resultado do exercício. Conforme apresentado na Nota 5.1.5.2, a carteira é gerenciada dinamicamente, com as posições de swap ajustadas para refletir as mudanças, incluindo o risco de pré-pagamento.

5.6.2 Carteira por vencimento: 5.6.2.1 Total pendente do contrato sempre que os clientes atrasam um pagamento/parcela:

31/12/2025		31/12/2024	
Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes
262.358	2.243.458	108.931	1.006.337
2.505.816	2.505.816	1.115.268	1.115.268

5.6.2.2 Carteira por vencimento normal

31/12/2025		31/12/2024	
Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes
262.358	2.243.458	108.931	1.006.337
2.505.816	2.505.816	1.115.268	1.115.268

... continuação		Stone Serviços Financeiros S.A.													
		Cura para Estágio 1		Cura para Estágio 2		Transferência do Estágio 1		Transferência do Estágio 2		Aquisição/(Liquidação)		Baixa		31/12/2025	
Estágio 3	Saldo em 01/01/2024	296	272	(1.337)	(16.336)	(3.893)	3.286	(19.296)							
Cartão de crédito	(1.584)	1.292	3.587	(27.814)	(124.000)	(63.860)	67.146	(180.559)							
Empréstimos a clientes	(42.717)	1.588	3.859	(29.151)	(140.336)										
Total	(44.301)	1.588	3.859	(29.151)	(140.336)										
		Aquisição/(Liquidação)		Baixa		31/12/2025									
Consolidado	Saldo em 31/12/2024	(13.259)	(38.728)	3.286	(48.701)	(340.981)	63.860	(389.682)							
Cartão de crédito	(13.259)	(38.728)	3.286	(48.701)	(340.981)	63.860									
Empréstimos a clientes	(131.253)	(273.588)													
Total	(144.512)	(312.316)	67.146	(389.682)											
		Transferência p/ Estágio 2		Transferência p/ Estágio 3		Cura do Estágio 2		Cura do Estágio 3		(Aquisição)/(Liquidação)		Baixa		31/12/2024	
Estágio 1	Saldo em 01/01/2023	5.156	403	(372)	(27)	(12.765)	-	(7.805)							
Cartão de crédito	(200)	43.623	5.097	(4.389)	(165)	(65.539)	-	(68.949)							
Empréstimos a clientes	(57.576)	48.779	5.500	(4.761)	(192)	(68.304)	-	(76.754)							
Total	(57.776)	48.779	5.500	(4.761)	(192)	(68.304)	-	(76.754)							
		Transferência p/ Estágio 3		Cura para Estágio 1		Transferência do Estágio 1		Cura do Estágio 3		(Aquisição)/(Liquidação)		Baixa		31/12/2024	
Estágio 2	Saldo em 01/01/2023	1.311	372	(5.156)	(25)	(372)	-	(3.870)							
Cartão de crédito	(3.445)	41.884	4.389	(43.623)	(327)	(18.465)	-	(19.587)							
Empréstimos a clientes	(3.445)	43.195	4.761	(48.779)	(352)	(18.837)	-	(23.457)							
Total	(3.445)	43.195	4.761	(48.779)	(352)	(18.837)	-	(23.457)							
		Cura para Estágio 1		Cura para Estágio 2		Transferência do Estágio 1		Transferência do Estágio 2		(Aquisição)/(Liquidação)		Baixa		31/12/2023	
Estágio 3	Saldo em 01/01/2023	27	25	(403)	(1.311)	(403)	78	(1.584)							
Cartão de crédito	(840)	165	327	(5.097)	(41.884)	(41.884)	2.714	(42.717)							
Empréstimos a clientes	(840)	192	352	(5.500)	(43.195)	(43.195)	7.326	(44.301)							
Total	(840)	192	352	(5.500)	(43.195)	(43.195)	7.326	(44.301)							
		Aquisição/(Liquidação)		Baixa		31/12/2024									
Consolidado	Saldo em 31/12/2023	(200)	(13.059)	7.326	(131.253)	(144.512)									
Cartão de crédito	(200)	(13.059)	7.326	(131.253)	(144.512)										
Empréstimos a clientes	(61.861)	(76.718)													
Total	(62.061)	(89.777)	7.326	(144.512)											

5.7 Depósitos no Banco Central do Brasil: Conforme exigido pela regulamentação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), os recursos de clientes depositados em contas de pagamento ("Depósitos de clientes") devem ser totalmente garantidos por títulos públicos e/ou depósitos no BACEN (Conta de Correspondente de Moeda Eletrônica - "CCME"). Em 31 de dezembro de 2025, o montante de Depósitos no Banco Central no Brasil era de R\$ 2.075.747 (31 de dezembro de 2024 R\$ 8.805.882), dos quais R\$ 1.330.760 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 8.805.882) são totalmente garantidos por CCME e R\$ 744.987 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 0) por depósitos compulsórios.

5.8 Passivos financeiros: 5.8.1 Depósitos de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos de clientes de varejo	1.552.448	8.734.995
Depósitos de clientes	1.003.967	8.093.810
Depósitos em contas de registro (a)	548.481	641.185
Depósitos a prazo de clientes de varejo^{(b)(c)}	10.305.281	307.009
	11.857.729	9.042.004

(a) Inclui saldos e valores de transações em trânsito (contas de registro) relativos a operações de subcredenciamento. (b) Desde o primeiro trimestre de 2025, os saldos mantidos em contas de pagamento são elegíveis para investimento automático diário em Depósitos a Prazo emitidos pela Stone SCFI. Além disso, a Stone SCFI também passou a emitir

depósitos a prazo detidos por múltiplas contrapartes; (c) As taxas de juros dos depósitos são definidas com uma porcentagem do CDI e são aplicadas diária ou mensalmente a partir da data do depósito, seguindo o método FIFO (First In, First Out - Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair).

5.8.2 Contas a pagar a estabelecimentos: Referem-se às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pelo Grupo, pelas transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, há o pagamento em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar	18.005.845	17.685.592
Contas a pagar em trânsito	147.784	124.089
Creditos retidos	725	412
Circulante	18.154.354	17.810.093
	18.081.971	17.759.419
Não circulante	72.383	50.674

5.8.3 Depósitos institucionais e títulos de dívida

5.8.3.1 Composição

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2025
Debentures, notas promissórias financeiras e comercial papers	CDI + 0.59% à CDI + 4.85%	Nov/23	Out/26 à Set/29	2.643.341	3.663.398	6.306.739
Depósitos a prazo	CDI + 0.15 % à 104% CDI	Ago/25	Nov/27	2.744.803	3.033.055	5.777.858
Bonds	3.95% USD	Jun/21	Jun/28	2.043	1.130.425	1.132.468
Depósitos institucionais e títulos de dívida				5.390.187	5.082.075	10.472.262

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2024
Debentures, notas promissórias financeiras e comercial papers	CDI + 0.75 % à CDI + 4.85%	Set/23	Set/26 à Nov/28	24.962	4.501.521	4.526.483
Depósitos a prazo	CDI + 0.25% à CDI + 0.70%	Jun/24	Fev/25 à Ago/26	2.619.469	360.775	2.980.244
Bonds	3.95% USD	Jun/21	Jun/28	2.299	1.274.158	1.274.457
Depósitos institucionais e títulos de dívida				2.646.730	6.134.454	8.781.184

5.8.3.2 Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição Cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2025
Debentures, notas promissórias financeiras e comercial papers ^{(a)(c)}	4.526.482	1.979.046	(676.472)	(346.133)	-	823.816	6.306.739
Depósitos a prazo ^(b)	2.980.245	4.166.927	(4.107.631)	(449.577)	-	443.092	3.033.056
Bonds	1.274.458	-	-	(52.222)	(143.124)	53.355	1.132.468
Depósitos institucionais e títulos de dívida	8.781.184	6.145.973	(4.784.103)	(847.932)	(143.124)	1.320.263	10.472.262

	Saldo em 31/12/2023	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição Cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2024
Debentures, notas promissórias financeiras e comercial papers ^{(a)(c)}	1.073.404	3.366.400	-	(204.933)	-	291.611	4.526.482
Depósitos a prazo ^(b)	-	3.792.345	(889.077)	(22.876)	-	99.853	2.980.245
Bonds	-	1.138.970	-	(16.905)	133.864	18.528	1.274.458
Depósitos institucionais e títulos de dívida	1.073.404	8.297.715	(889.077)	(244.714)	133.864	409.992	8.781.184

(a) Em 19 de junho de 2024, a subsidiária Stone SCFI concluiu sua primeira emissão de letras financeiras. Após isso, a Stone SCFI iniciou a emissão de letras financeiras privadas. O principal e os juros de todas as emissões são pagos principalmente no vencimento e indexados à taxa CDI. (b) No segundo trimestre de 2024, a Stone SCFI iniciou a emissão de depósitos a prazo, representando a primeira emissão de depósitos remunerados após a autorização concedida pelo BACEN para iniciar as operações no início de 2024. Os certificados são detidos por múltiplas contrapartes e têm vencimentos até novembro de 2027. O principal e os juros deste tipo de emissão são pagos principalmente no vencimento e indexados à taxa CDI. (c) Durante o ano de 2025, o Grupo continuou a executar sua estratégia de gerenciamento de passivos, visando otimizar sua estrutura de capital e reduzir os custos de captação. Como parte dessas iniciativas, o Grupo pré-pagou integralmente seus títulos lastreados em recebíveis pendentes (Certificado de Recebíveis Imobiliários - "CRI") e concluiu uma oferta pública de aquisição (tender offer) na qual aproximadamente 62% das debentures em circulação emitidas pela MMLT foram recompradas.

5.8.4 Outros instrumentos de dívida: 5.8.4.1 Composição

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2025
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados	12,75%	Jan/24	Jan/31	-	8.830.288	8.830.288
Empréstimos	CDI 14.90% + 0.75%	Ago/25	Ago/28	-	310.517	310.517
Arrendamento mercantil	105.1% à 151.8% do CDI	Não se aplica	Jan/26 à Dez/33	19.727	135.559	155.286
Outros instrumentos de dívida				19.727	9.276.364	9.296.091

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2024
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados	12,75%	Jan/24	Jan/31	-	6.046.159	6.046.159
Empréstimos	CDI + 0.75%	Jan/24	Jan/25	796.774	-	796.774
Arrendamento mercantil	111.94% à 116.05% do CDI	Não se aplica	Jan/25 à Jun/26	31.464	165.933	197.057
Outros instrumentos de dívida				828.238	6.211.752	7.039.990

5.8.4.2 Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição Cambial	Ajuste a valor justo	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2025
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados ^(a)	6.046.159	150.812	-	(285.352)	-	187.208	2.731.461	8.830.288
Empréstimos	796.774	464.444	(913.040)	(61.583)	(12.000)	-	35.922	310.517
Arrendamento mercantil	197.057	46.034	(25.078)	(59.450)	(15.558)	(3.277)	15.558	155.286
Outros instrumentos de dívida	7.039.990	661.290	(972.490)	(362.493)	(15.277)	187.208	2.782.941	9.296.091

	Saldo em 31/12/2023	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição Cambial	Ajuste a valor justo	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2024
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados ^(a)	6.046.159	4.029.192	-	(3.259.846)	(2.909.259)	(437.348)	2.264.110	6.046.159
Empréstimos	1.320.939	1.932.875	-	(2.590.000)	(116.303)	-	124.785	796.774
Arrendamento mercantil	116.798	123.880	(2.537)	(46.802)	(9.205)	-	9.205	197.057
Outros instrumentos de dívida	7.797.047	6.085.947	(2.537)	(5.896.648)	(3.034.767)	130.693	(437.348)	7.039.990

31 de dezembro de 2025

	Indexador de referência	Notional	Ativo (valor justo)	Passivo (valor justo)	Net
Hedge de fluxo de caixa	Dólar	2.181.534	10.524	(8.088)	2.436
Swap de taxa de câmbio					
Hedge de valor justo	CDI	2.325.985	-	(138.639)	(138.639)
Swap de taxa de juros					
Hedge econômico					

31 de dezembro de 2024

	Indexador de referência	Notional	Ativo (valor justo)	Passivo (valor justo)	Net
Hedge de fluxo de caixa	Dólar	2.649.101	177.229	-	177.229
Swap de taxa de câmbio					
Hedge econômico	CDI	2.476.458	1.346	(281.177)	(279.831)
Swap de taxa de juros					
Total		5.125.559	178.575	(281.177)	(102.602)

5.9.3 Abertura por faixa de vencimento dos títulos: A tabela abaixo apresenta a demonstração, por vencimento, dos valores nominais e dos valores justos:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Notional		
Swap de		

... continuação

Stone Serviços Financeiros S.A.

garantir recursos disponíveis para novas oportunidades. Para essa estrutura, utiliza-se um framework que compara o capital existente com indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo liquidez, classificações de risco (credit ratings), e projeções de caixa. Com base nessa análise, a Administração pode realizar ajustes na estrutura de capital através de mecanismos como recompra de ações, distribuição de dividendos, emissão de novas ações ou venda de ativos. b) Nível Institucional (Consolidado Stone IP): No âmbito do Consolidado Stone IP, a gestão de capital é orientada especificamente para o cumprimento dos requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Os critérios de gestão neste nível visam assegurar que a Instituição mantenha níveis de Patrimônio de Referência (PR) compatíveis com os riscos de suas atividades, conforme as normas de suficiência de capital e gerenciamento de riscos operacionais, de mercado e de crédito exigidas pelo regulador. A Stone IP monitora continuamente seus índices de capital para garantir que a exposição financeira esteja sempre dentro dos limites operacionais e regulatórios permitidos. O caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.640.811	5.044.407
Aplicações financeiras	70.930	42.467
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.075.747	8.805.882
Contas a receber de emissores	40.981.762	28.921.002
Instrumentos financeiros derivativos	10.706	178.575
Caixa ajustado	47.779.956	42.992.333
Depósitos	(11.857.729)	(9.042.004)
Contas a pagar a estabelecimentos	(18.154.354)	(17.810.093)
Depósitos institucionais e títulos de dívida	(10.472.262)	(8.781.184)
Outros instrumentos de dívida (a)	(9.140.805)	(6.842.933)
Instrumentos financeiros derivativos	(148.482)	(281.177)
Dívida ajustada	(49.773.632)	(42.757.391)
Caixa líquido ajustado (b)	(1.993.676)	234.942

(a) Outros instrumentos de dívida excluem os efeitos de passivos de arrendamento reconhecidos sob a IFRS 16. (b) O caixa líquido ajustado negativo de 31 de dezembro de 2025 é decorrente das cotas dos fundos consolidados, alocadas em obrigações perante cotistas de FIDCs fechados (nota 5.8.4.2), que compõem o saldo de "Outros instrumentos de dívida". Tal tratamento observa os critérios do IAS 32, que define a classificação desses montantes como passivo financeiro (Nota 3.1.1). O Grupo possui uma equipe dedicada e centralizada de gestão de capital regulatório, que se reporta diretamente ao Chief Risk Officer (Diretor de Riscos), que é o responsável final pela adequação de capital. A estrutura tem o objetivo de garantir a conformidade com a regulamentação atual e com os processos de gestão de capital exigidos regulatoriamente. Adicionalmente, a área possui procedimentos e rotinas para planejar o requisito de adequação de capital considerando riscos atuais e potenciais.

6 OUTROS ATIVOS

6.1 Saldos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Financeiros	76.393	23.438
Depósitos de segurança	439	11.470
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 19)	6.049	8.836
Contas a receber da venda de coligadas e subsidiárias	31.316	-
Outros ativos financeiros	38.589	3.132
Não financeiros	364.768	357.889
Custos diferidos de aquisição de clientes	200.179	213.437
Despesas antecipadas (a)	113.088	101.864
Adiantamentos de salário	27.099	22.647
Mútuos	1.209	1.153
Depósitos judiciais	15.271	8.300
Outros ativos não financeiros	7.922	10.488
Total	441.161	381.327
Circulante	317.645	307.677
Não circulante	123.516	73.650

(a) Despesas antecipadas incluem, entre outros, licenças de software, despesas de marketing e outros serviços e impostos, tais como impostos prediais, seguros e honorários de consultoria. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é lançado como despesa na demonstração do resultado à medida que os serviços pré-pagos são consumidos pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo era composto por licenças de software, despesas de mídia e outras despesas pré-pagas.

8.3 Natureza e origem dos ativos e passivos diferidos: Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	226.130	421.764
Prejuízos fiscais disponíveis para compensação de renda tributável futura	199.898	228.950
Outras diferenças temporárias	306.833	406.050
Pagamento baseada em ações	105.544	151.700
Benefícios de inovação tecnológica	(261)	(196)
Diferenças temporárias relacionadas ao FIDC	(193.012)	(204.789)
Ativos intangíveis e bens de imobilizado originados na combinação de negócios	(4.427)	(1.254)
Impostos diferidos, líquido	640.705	1.002.225

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	180.003	219.815
Prejuízos fiscais disponíveis para compensação de renda tributável futura	246.788	199.898
Outras diferenças temporárias	308.749	313.148
Goodwill dedutível para fins fiscais	12.225	(12.225)
Pagamento baseada em ações	79.268	26.275
Contingências decorrentes de combinação de negócios	(51.502)	(261)
Benefícios de inovação tecnológica	-	-
Diferenças temporárias relacionadas ao FIDC	(158.652)	(34.360)
Ativos intangíveis e bens de imobilizado originados na combinação de negócios	(7.798)	(4.427)
Impostos diferidos, líquido	609.081	640.705

9 INVESTIMENTOS

9.1 Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada da Companhia são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos das coligadas e controladas desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada é incluído no valor contábil do investimento e não é testado por redução ao valor recuperável separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das coligadas e controladas. Qualquer alteração no valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") das coligadas e controladas é apresentada como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, a Companhia determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada ou perda de influência significativa sobre uma coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

9.2 Saldos e movimentação

	Controladora	Stone Instituição
	Nota	de Pagamento S.A
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.838.349
Aumento de capital		320.000
Equivalência patrimonial		406.278
Reflexo de pagamento baseado em ações		190.413
Reflexo de hedge fluxo de caixa na controlada	14.2.4	(18.571)
Reflexo de efeito fiscal hedge fluxo de caixa na controlada	14.2.4	6.313
Reflexo de ajuste de avaliação a valor justo de contas a receber	14.2.4	(117.132)

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

7.1 Saldo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos financeiros (a)	-	-	101.218	329.333
Imposto de renda e contribuição social	8.857	4.093	487.659	15.607
Contribuições sobre a receita	-	-	132	2.796
Outros impostos	-	-	137	113
	8.857	4.093	589.146	347.849

(a) Refere-se a impostos de renda retidos na fonte sobre rendimentos financeiros que serão compensados contra o imposto de renda a pagar futuro.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

8.1 Políticas contábeis: A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base no lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável. **8.1.1 Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. **8.1.2 Lei Complementar nº 224/2025 - Alteração da CSLL:** Em 26 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 224/2025, que estabelece o aumento escalonado das alíquotas da CSLL. Nos termos dessa lei, a alíquota da CSLL aplicável às Instituições de Pagamento (IP) e às Sociedades de Crédito Direto (SCD) será elevada de 9% para 12%, no período de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e para 15% a partir de 1º de janeiro de 2028. Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI) a alíquota de CSLL será elevada de 15% para 17,5% no período de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e para 20% a partir de 1º de janeiro de 2028. Com a promulgação da referida Lei Complementar, o Grupo revisou a mensuração de seus ativos e passivos fiscais diferidos. Os saldos foram remensurados para refletir as novas alíquotas vigentes nos períodos em que se espera a realização das diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2025, o efeito do ajuste de alíquota sobre o saldo de impostos diferidos totalizou R\$ 50.897 na demonstração do resultado, e R\$ 23.628 em outros resultados abrangentes.

8.2 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	298.534	512.461
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(101.502)	(174.237)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Lucro (prejuízo) de entidades sujeitas a diferentes taxas de imposto	(18.196)	(25.585)
Benefícios fiscais de pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem")	28.450	34.098
Juros sobre capital próprio (a)	67.448	46.193
Majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido	50.897	-
Reconhecimento de imposto de renda diferido não reconhecido em períodos anteriores	7.413	-
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	-	577
Imposto de renda diferido não reconhecido no período	(640)	(7.413)
Outros incentivos fiscais	6.277	10.831
Outras adições/exclusões	720	(4.567)
Imposto de renda e contribuição social	40.867	(120.103)
Impostos de renda e contribuição social correntes	(150.173)	(105.599)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	191.040	(14.503)
Imposto de renda e contribuição social	40.867	(120.102)

(a) Juros sobre capital próprio é um mecanismo de remuneração de acionistas calculado pela aplicação da taxa de juros de longo prazo sobre o patrimônio líquido ajustado da entidade, o qual é dedutível para fins de imposto de renda corporativo, desde que certos requisitos sejam atendidos.

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025
Reconhecimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes)	195.634	421.764
Reconhecimento no resultado (lucro ou prejuízo)	-	29.052
	(25.154)	406.050
	-	46.156
	-	65
	-	(11.777)
	-	3.173
	-	(1.254)
640.705	170.480	1.002.225

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Reconhecimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes)	39.809	219.815
Reconhecimento no resultado (lucro ou prejuízo)	-	(46.890)
	-	199.898
	6.315	313.148
	-	(12.225)
	-	26.275
	-	51.241
	-	(261)
	-	-
	-	(34.360)
	-	3.372
	-	(4.427)
609.081	46.124	640.705

9.3 Informações de controladas: Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP")

A Stone IP com sede em São Paulo, Av. Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 5, CEP 05402-500, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Stone IP tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone IP também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas. Em atendimento ao artigo 7º da Resolução BCB nº 81/21, a totalidade de ações de emissão da Stone IP de titularidade da DLP Capital LLC, representativas de aproximadamente 99,99% do capital social da Stone IP, foi conferida pela DLP Capital LLC à Companhia ("Conferência de Ações"), a qual foi formalizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia realizada em 2 de janeiro de 2023. Como consequência da Conferência de Ações, a Companhia passou a ser a nova controladora direta da Stone IP. Além disso, em AGEs realizadas em 29 de novembro de 2024 e 30 de dezembro de 2024, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 135.000 e R\$ 14.800 respectivamente, totalizando R\$ 149.800, os quais foram liquidados em 31 de dezembro de 2024. A tributação do JCP e recolhida na forma de Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 15%. Sendo assim, a Stone IP, antes de efetuar a distribuição dos JCP aos acionistas, foi responsável por reter e recolher o imposto devido no valor de R\$ 22.470. Em 18 de dezembro de 2024 a Stone IP recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 14 de novembro de 2024, no valor total de R\$ 320.000, mediante a emissão de 320.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Nota 5.2). As novas ações foram integralizadas pela Companhia em novembro de 2024. Em AGE realizada em 30 de setembro de 2025, a Stone IP aprovou a distribuição de Juros sobre capital próprio ("JCP") no montante bruto total de R\$ 206.000, sendo R\$ 114.000 referentes ao exercício social de 2025 e R\$ 92.000 relativos ao exercício de 2023. Considerando sua respectiva participação acionária na data-base de 30 de setembro de 2025, a Companhia registrou, no mesmo mês, o recebimento bruto desses valores, sendo R\$ 113.989 referentes ao exercício de 2025 e R\$ 91.991 ao exercício de 2023, liquidando, assim, os créditos anteriormente registrados perante a investida. Sobre os referidos valores de JCP, iniciou Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") à alíquota de 15%, tendo a Stone IP retido e recolhido o montante de R\$ 30.900

antes de efetuar a distribuição líquida aos acionistas. Nos termos do Art. 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95, o JCP de 30 de setembro de 2025 será imputado ao dividendo obrigatório (1% sobre o lucro líquido ajustado) do exercício de 2025. Em AGE realizada em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Stone IP, no valor bruto total de R\$ 460.000, sendo R\$ 400.000 a título de dividendos intermediários, à conta da Reserva de Lucros da Stone IP, e R\$ 60.000 a título de dividendos intercalares apurados com base no lucro líquido do período, conforme balanço levantado na data-base. Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de JCP residual referente ao exercício de 2025, no valor bruto de R\$ 40.000. Considerando sua respectiva participação acionária na data-base de 30 de dezembro de 2025, a Companhia registrou, no mesmo mês, o recebimento bruto desses valores, sendo R\$ 39.995 referentes ao exercício de 2025. Sobre os referidos valores de JCP, iniciou Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") à alíquota de 15%, tendo a Stone IP retido e recolhido o montante de R\$ 6.000 antes de efetuar a distribuição líquida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Stone IP é representado por 675.667.136 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 1.389.445 totalmente subscrito e integralizado.

10 IMOBILIZADO

10.1 Políticas contábeis: O ativo imobilizado é reconhecido ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver (Nota 9.5). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, é líquido de créditos tributários. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo e o custo do item for relevante e puder ser mensurado com confiabilidade. Todos os demais gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados comparando-se o valor da alienação (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. O Grupo também baixa Pin Pads e POS mantidos por clientes que não foram utilizados nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria do cliente. **10.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** Os ativos do imobilizado incluem a elaboração de estimativas para determinar a vida útil para fins de depreciação. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido na elaboração de premissas de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos são difíceis de prever. O Grupo avaliou a vida útil dos ativos do imobilizado e concluiu que nenhuma mudança nas estimativas de vida útil e valor residual desses ativos foi necessária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As vidas úteis estimadas para o imobilizado são substancialmente as seguintes:

	Vida útil estimada (anos)	
Pin Pads e POS	5	
Máquinas e Aparelhos e Equipamentos	2 - 5	
Móveis e Utensílios	10	
Beneficiárias em propriedades terceiras e Instalações	5 - 10	
Equipamentos de Telefonia	3 - 5	
Veículos	5 - 10	

10.3 Movimentações do imobilizado

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transfereências
Saldo em 31/12/2024	2.660.654	636.547	(131.679)	3.165.522
Pinpad e POS	109.634	20.138	(42)	242
Equipamentos de informática	46.391	5.076	(150)	129.972
Instalações	26.851	2.961	-	51.402
Máquinas e aparelhos e equipamentos	15.693	1.354	-	(168)
Móveis e utensílios	30.945	2.389	(30.496)	29.644
Veículos e aeronave	16.976	13.236	-	18.861
Imobilizado em andamento	174.520	24.700	-	638
Ativos de direito de uso - escritórios	21.306	21.295	(2.944)	30.212
Ativos de direito de uso - veículos	3.102.970	726.496	(195.617)	167.941
Custo	3.102.970	726.496	(195.617)	3.633.849
Pinpad e POS	(1.230.798)	(610.665)	117.017	(1.724.446)
Equipamentos de informática	(70.873)	(16.164)	21	(87.036)
Instalações	(20.523)	(9.269)	-	(29.792)
Máquinas e equipamentos	(22.622)	(3.289)	-	(25.891)
Móveis e utensílios	(6.274)	(1.705)	-	(7.979)
Veículos e aeronave	(12.112)	(1.375)	13.215	(254)
Ativos de direito de uso - escritórios	(54.718)	(25.276)	9.482	(70.512)
Ativos de direito de uso - veículos	(9.756)	(12.957)	2.472	(20.241)
Depreciação acumulada	(1.427.676)	(680.682)	142.207	(1.966.151)
Imobilizado de uso	1.675.294	45.814	(53.410)	1.667.698

... continuação

quando (i) observa um indicio de que um ativo possa ter perdido valor ou (ii) anualmente, sempre que a entidade possuir ativos intangíveis com vida útil indefinida, ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso ou ágio (goodwill). Os ativos do Grupo sujeitos ao IAS 36 são ativos intangíveis (incluindo ágio), mobilizados e investimentos em coligadas. Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados a uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") ou grupo de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, este é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, da UGC ou do grupo de UGCs e (ii) seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por impairment é reconhecida. Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas transações recentes de mercado. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado é utilizado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado como despesas, consistentemente com a função do ativo que sofreu a perda. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto para perdas por impairment de ágio. Em 31 de dezembro de 2025, a administração não identificou a necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis. **11.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** **11.2.1 Vidas úteis estimadas:** A contabilização de ativos intangíveis exige a estimativa da vida útil desses ativos para fins de amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido na elaboração de premissas de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos são difíceis de prever. O Grupo avaliou a vida útil de seus ativos intangíveis e concluiu que nenhuma mudança de estimativa de vida útil e valor residual desses ativos foi necessária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As vidas úteis para os ativos intangíveis com vidas definidas são apresentadas abaixo:

Vida útil estimada (anos)

Software	3 - 5
Relacionamento com clientes	2 - 3
Marcas e patentes	7 - 20
Acordo de não concorrência (Non-compete)	5

11.2.2 Cálculo do valor em uso no teste de redução ao valor recuperável (impairment): O cálculo do valor em uso é baseado em um modelo de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que venham a melhorar o desempenho dos ativos da UGC que estão sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo FCD, bem como às futuras entradas de caixa esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Essas estimativas são as mais relevantes para o teste de impairment do ágio (goodwill) reconhecido pelo Grupo.

11.3 Movimentações do intangível

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2025
Goodwill - Aquisição de subsidiárias	152.314	-	-	-	152.314
Relacionamentos com clientes	95.705	-	-	-	95.705
Marcas e patentes	12.525	-	-	-	12.525
Software	162.669	12.342	(2.032)	746	173.725
Licenças de uso	21.458	-	(6.247)	-	15.211
Taxa de associação de timeshare de jato não escriturado	-	16.418	-	(746)	15.672
Software em desenvolvimento	20.505	4.737	(1.257)	-	23.239
Ativos de direito de uso - Software	81.533	-	(16.240)	-	65.293
Custo	546.709	33.497	(25.776)	-	554.430
Relacionamentos com clientes	(96.008)	(9.344)	-	-	(105.352)
Marcas e patentes	(6)	(1)	-	-	(7)
Software	(109.688)	(22.952)	935	-	(131.705)
Licença de uso	(20.167)	-	5.674	-	(14.493)
Ativos de direito de uso - Software	(32.942)	(22.806)	14.882	-	(40.866)
Amortização acumulada	(258.811)	(55.103)	21.491	-	(292.423)
Intangível	287.898	(21.606)	(4.285)	-	262.007

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2024
Goodwill - Aquisição de subsidiárias	152.314	-	-	-	152.314
Relacionamentos com clientes	95.705	-	-	-	95.705
Marcas e patentes	12.525	-	-	-	12.525
Software	348.112	24.205	(256.149)	46.501	162.669
Software em desenvolvimento	233.585	282.617	(433.412)	(61.332)	21.458
Licenças de uso	5.674	-	-	14.831	20.505
Ativos de direito de uso - Software	49.177	32.788	(432)	-	81.533
Custo	897.092	339.610	(689.993)	-	546.709
Relacionamentos com clientes	(86.610)	(9.398)	-	-	(96.008)
Marcas e patentes	(5)	(1)	-	-	(6)
Software	(184.018)	(56.613)	135.111	(4.168)	(109.688)
Licença de uso	(18.414)	(5.921)	-	4.168	(20.167)
Ativos de direito de uso - Software	(18.634)	(14.308)	-	-	(32.942)
Amortização acumulada	(307.681)	(86.241)	135.111	-	(258.811)
Intangível	589.411	253.369	(554.882)	-	287.898

11.4 Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não haviam indicadores de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida indefinida. A Companhia possui registrado saldos de ativos intangíveis referente a ágio e ativos intangíveis de vida indefinida. Estes saldos, sujeitos ao teste de recuperabilidade de ativos, foram testados na data-base 31 de outubro de 2025, e 31 de outubro de 2024 pela StoneCo (controladora final da Empresa) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio, em uma UGC denominada "Empresas de soluções financeiras" na qual os saldos da Companhia foram alocados, conforme segue:

UGC	Descrição	31/10/2025		31/10/2024	
		Ágio alocado	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alocados	Ágio alocado	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alocados
Empresas de soluções financeiras	Empresas relacionadas a serviços financeiros integrados.	152.314	12.528	152.314	12.519

12 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

12.1 Políticas contábeis: As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando, e apenas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, em conformidade com a IAS 37 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). Caso existam várias obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos para liquidação é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo, mesmo que a probabilidade de saída para um item específico incluído na mesma classe possa ser pequena. Portanto, uma provisão é reconhecida ainda que a probabilidade de saída de recursos em relação a qualquer item individual seja baixa. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente ao final do período de reporte e são registradas ao valor presente, utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da

Forma de deliberação	Data de deliberação	Valor bruto	Valor líquido de IRRF (a)	Data do pagamento	Detalhamento
Dividendos	19/12/2025	460.000	459.954	29/12/2025 e 30/12/2025	dividendos intermediários e intercalares - parcela paga no exercício.
Dividendos	19/12/2025	272.745	272.745	-	dividendos intermediários e intercalares - saldo a pagar.
JSCP	30/09/2025	83.482	70.959	13/11/2025	imputados a conta de reserva de lucros.
JSCP	30/09/2025	103.444	87.927	12/11/2025	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
JSCP	30/12/2025	36.296	30.852	-	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Total 2025		955.967	922.437		
JSCP	29/11/2024	122.500	104.125	31/05/2025	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
JSCP	30/12/2024	13.430	11.416	31/05/2025	imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Total 2024		135.930	115.541		

(a) Sobre os valores de JCP há retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") à alíquota de 15%, recolhido pela Companhia antes da distribuição líquida aos acionistas. **14.4 Outros resultados abrangentes:** Outros resultados abrangentes ("ORA") representam os ganhos ou perdas não reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras em conformidade com o CPC 26/IAS 1. Esta rubrica inclui transações e operações do Grupo que não são consideradas realizadas, tais como as variações de valor justo de ativos financeiros classificados nesta categoria, líquidos dos respectivos efeitos tributários. Tais montantes permanecem registrados diretamente no patrimônio líquido e somente serão reclassificados para o resultado (DRE) no momento da baixa ou liquidação definitiva dos respectivos instrumentos. A tabela a seguir apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 31 de dezembro de 2025:

Stone Serviços Financeiros S.A.

obrigação, sempre que o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como Despesas financeiras líquidas. Quando o Grupo espera que parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a probabilidade de recebimento seja significativamente alta. A despesa relativa à provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso, se aplicável. **12.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** As perdas possíveis são baseadas nos custos históricos reais em suas respectivas instâncias judiciais para casos semelhantes. Em geral, após a decisão final, as perdas reais representam uma fração do valor total pleiteado. Para perdas prováveis, processos individualmente materiais de natureza semelhante, como uma carteira ou portfólio, são mensurados e agrupados, sendo constituída provisão para cobrir as perdas com base na média de perdas dos últimos 12 meses para esses tipos de ações. O Grupo avalia a probabilidade e o montante das perdas consideradas prováveis caso a caso para perdas individualmente materiais ou de natureza não repetitiva. **12.3 Contingências classificadas como perdas prováveis, provisionadas no balanço:** As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	Consolidado		
	Trabalhista (a)	Cível (b)	Tributária
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.516	32.404	9.552
Adições	69.658	55.317	-
Reversões	(31.037)	(21.214)	(9.096)
Juros	6.315	4.378	890
Pagamentos	(14.642)	(29.036)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	64.810	41.849	1.346
Adições	90.301	47.420	23.977
Reversões	(26.063)	(23.323)	(4.671)
Juros	7.237	7.602	6.489
Pagamentos	(36.602)	(38.504)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	99.683	35.044	27.141

(a) No que tange às demandas judiciais de natureza Trabalhista, o Grupo é normalmente acionado em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pelo Grupo. Nessas respectivas ações são encontrados dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras. (b) As demandas judiciais de natureza Cível se relacionam substancialmente às principais frentes de atuação do Grupo, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 21.015 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 24.215 em 31 de dezembro de 2024); e, (ii) Banking, no montante de R\$ 12.954 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16.026 em 31 de dezembro de 2024). **12.4 Contingências classificadas como perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

	Consolidado	
	2025	2024
Trabalhista	843	252
Cível	24.060	35.762
Tributárias	278.680	22.470
Total	303.583	58.484

O Grupo é parte em ações judiciais, cíveis, trabalhistas e fiscais, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam às principais frentes de atuação do Grupo, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 8.793 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.803 em 31 de dezembro de 2024); e, (ii) Banking, no montante de R\$ 14.269 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.059 em 31 de dezembro de 2024). O Grupo recebeu autos de infração emitidos pela autoridade fiscal municipal relativos ao pagamento alegadamente insuficiente de Impostos Sobre Serviços ("ISS"). Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado dos processos é de R\$ 249.206 (R\$ 26.366 em 31 de dezembro de 2024). Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa. **12.5 Órgãos reguladores:** Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo. **12.6 Ativos contingentes:** Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Grupo quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Em 31 de dezembro de 2025, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

13 OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Financeiros	5.998	-	969.158	858.283
Contas a pagar a partes relaciona-das (Nota 19)	5.998	-	786.477	645.218
Adiantamento de clientes	-	-	117.751	171.238
Receita diferida	-	-	60.266	39.843
Outros passivos financeiros	-	-	4.664	1.984
Não financeiros	-	-	1.583	1.513
Outros passivos não financeiros	-	-	1.583	1.513
Total	5.998	-	970.741	859.796
Circulante	-	-	881.840	787.641
Não circulante	5.998	-	88.901	72.155

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: Em AGE aprovada em 11 de novembro de 2024, a Companhia aumentou seu capital em R\$320.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.699.198, dividido em 1.699.198 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.699.198 (R\$ 1.699.198 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.699.198 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **14.2 Reservas:** Para fins societários, especialmente para o atendimento das reservas previstas na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia, os saldos e as respectivas destinações são apurados com base nas demonstrações financeiras elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável (padrão "BRGAAP") da controladora. As principais reservas são descritas a seguir: **14.2.1 Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 83.421 (R\$ 190.412 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 414.003 (R\$ 330.582 em 31 de dezembro de 2024), destinada a remuneração baseada em ação (Nota 20). **14.2.2 Reserva legal:** A Reserva legal é constituída obrigatoriamente à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social pela controladora Stone IP, seguindo o padrão BRGAAP, nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social integralizado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a destinação para a Reserva legal foi de R\$ 16.966 (R\$ 4.906 em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 38.787 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 21.821 em 31 de dezembro de 2024). **14.2.3 Reserva de lucros:** Conforme previsto em Estatuto, o Grupo possui uma reserva de lucro denominada Reserva de Investimento, que possui a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo destinou o montante de R\$ (37.407) (constituiu reserva de R\$ 387.435 em 31 de dezembro de 2024) para esta reserva. O saldo total da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 269.233 (R\$ 902.826 em 31 de dezembro de 2024). A variação negativa no saldo acumulado, apesar da nova destinação realizada no exercício, decorre das deliberações de distribuição de Juros sobre capital próprio ("JCP") e Dividendos, que utilizaram saldos de lucros acumulados e reservas de exercícios anteriores, conforme detalhado na Nota 14.3. **14.3 Juros sobre capital próprio e dividendos:** Conforme estabelecido no Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. As distribuições são deliberadas com base no lucro líquido apurado sob o padrão BRGAAP da controladora Stone IP. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foram deliberadas e aprovadas distribuições aos acionistas, as quais impactaram o patrimônio líquido consolidado por meio das movimentações demonstradas no quadro abaixo. As deliberações foram feitas em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(38.400)	(38.400)
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa	-	-	33.101	(12.313)
Contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente	-	-	(686.727)	(379.907)
Reflexo de outros resultados abrangentes da controladora	(692.026)	(430.620)	-	-
Total	(692.026)	(430.620)	(692.026)	(430.620)

15 RECEITAS

15.1 Políticas contábeis: **15.1.1 Receita de contratos com clientes (IFRS 15):** A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços aos clientes, por um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços. O Grupo aplica os cinco passos do IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes: • Identificação do contrato com o cliente; • Identificação das obrigações de desempenho no contrato; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e • Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. Os contratos da Companhia com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas. A receita é apresentada líquida de impostos recolhidos dos clientes e repassados às autoridades governamentais. **15.1.1.1 Serviços de transações de pagamento e outros serviços:** Para as soluções financeiras, as principais obrigações de desempenho do Grupo consistem em prestar serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e vouchers. A promessa do Grupo aos seus clientes é realizar uma quantidade indeterminada de tarefas e a contraprestação recebida é proporcional ao uso pelo cliente (ex: volume de transações processadas). Assim, a contraprestação total recebida pelos serviços é variável, embora o preço por transação seja fixado em contrato. O Grupo reconhece a taxa de transação (MDR) em um momento específico no tempo (at a point in time), quando tem o direito contratual de cobrar pelo processamento realizado. **Agente vs. Principal:** A receita de atividades de transação é reconhecida líquida das taxas de intercâmbio retidas pelos emissores de cartões e das taxas de bandeira (assessment fees). O Grupo não assume os riscos e benefícios significativos, atuando como agente nesses serviços, pois: • O Grupo facilita a captura e gestão do relacionamento, mas não é a principal responsável pela autorização, processamento e liquidação realizadas pelas bandeiras e emissores; • O Grupo não tem liberdade para estabelecer as taxas de intercâmbio e de bandeira aplicadas. Geralmente, o Grupo tem o direito de repassar algumas dessas taxas para proteger sua comissão líquida; • O Grupo não coleta a taxa de intercâmbio (que fica retida com o emissor) e atua efetivamente como uma câmara de compensação na coleta e remessa de taxas em nome das bandeiras e clientes; e • O Grupo não assume o risco de crédito do portador do cartão (cliente do seu cliente). Outros serviços compreendem principalmente: • Taxa de adesão: cobrada dos clientes com um pagamento único para produtos específicos nos quais não há cobrança recorrente pelo uso de Pin Pads e terminais de POS. O Grupo reconhece as receitas de taxas de adesão de forma diferida ao longo da vida útil esperada do cliente. • Tarifas cobradas de clientes por serviços de banking relacionados a volumes de money-in (transferências recebidas sob produtos de TED, Pix e "boleto" e intercâmbio como tarifas de transações em outras redes usando cartões de crédito e débito emitidos pelo Grupo), e volumes de money-out (transferências feitas sob produtos como Pix Out, transferências eletrônicas, pagamentos de contas, boletos pagos, saques, recarga e outras transações). A receita é reconhecida na data de cada transação.

15.1.1.2 Aluguel de equipamentos: A obrigação de desempenho refere-se ao arrendamento operacional de equipamentos de captura de transações (POS) para clientes. O Grupo faz o controle dos equipamentos antes de transferi-los ao cliente. O aluguel de equipamentos é contabilizado como uma obrigação de desempenho separada. A receita é reconhecida linearmente ao longo do período de relacionamento esperado com os clientes, iniciando-se quando o cliente obtém o controle do equipamento. O Grupo não fabrica os equipamentos, adquirindo-os de fornecedores terceiros. **15.1.1.3 Custos para obtenção e cumprimento de contrato:** A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato com cliente e custos logísticos para cumprir um contrato com cliente. O ativo reconhecido é amortizado linearmente, de acordo com a política de período de relacionamento esperado para os perfis de clientes Stone e TON. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava um valor contábil de R\$ 200.179 (2024 - R\$ 213.437) reconhecido em Outros Ativos e R\$ 7.254 (2024 - R\$ 552) como amortização reconhecida na demonstração do resultado. **15.1.2 Rendas financeiras:** Compostas principalmente por: • Taxas de desconto na antecipação de recebíveis: Cobradas pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados. O desconto é mensurado pela diferença entre o valor original a pagar ao cliente (líquido de taxas) e o valor antecipado. A receita é reconhecida integralmente quando o valor é antecipado ao cliente. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento é de R\$ 9.152.698 (R\$ 6.702.593 em 31 de dezembro de 2024); • Receitas de juros sobre saldos em contas de pagamento; e • Receitas de juros sobre empréstimos (reconhecidas pela TJE). O reconhecimento da receita de juros sobre empréstimos observa os seguintes critérios de classificação por estágios de risco de crédito: • Estágios 1 ou 2: A receita de juros é reconhecida mediante a aplicação da TJE sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro. • Estágio 3: Diferentemente dos estágios anteriores, a receita de juros é reconhecida aplicando-se a TJE sobre o valor contábil amortizado (valor bruto líquido da respectiva provisão para perdas de crédito esperadas). • Ativos integralmente provisionados: Para empréstimos classificados no Estágio 3 que estejam integralmente provisionados, o valor contábil amortizado é zero, resultando na interrupção do reconhecimento de receita de juros nesta etapa. • Cura de ativos: Caso um empréstimo com perda por redução ao valor recuperável (impaired) seja subsequentemente curado, o ativo é transferido do Estágio 3 de volta para o Estágio 2 ou Estágio 1. Nessa hipótese, os juros anteriormente não reconhecidos são registrados no resultado do exercício. Um empréstimo é considerado em situação de inadimplência (default) quando há qualquer indicação de que a obrigação não será integralmente honrada, independentemente de o ativo estar em atraso. **15.1.3 Outras receitas financeiras:** Compreendem receitas de juros e ganhos (perdas) ao valor justo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **15.1.4 Receita diferida:** O Grupo registra receita diferida relacionada a horas contratadas por clientes para a prestação de serviços. A receita é reconhecida após a prestação do serviço. Se os valores facturados excederem os serviços prestados somados à receita reconhecida, a diferença é registrada no balanço patrimonial como receita diferida e apresentada em "Outras obrigações". O Grupo registra receita diferida para serviços pagos pelos clientes, mas que ainda não foram concluídos nos termos do contrato, as quais são reconhecidas no balanço patrimonial como receita diferida em "Outras obrigações". O montante reconhecido como receita diferida no balanço patrimonial é reclassificado para a demonstração do resultado assim que os serviços prometidos são executados. **15.1.5 Impostos sobre vendas:** As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos de impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis perante as autoridades fiscais; nesse caso, são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar à autoridade fiscal, é incluído como parte das contas a receber ou a pagar no balanço patrimonial, e líquido de receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado. As receitas de vendas estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas estatutárias:

	Alíquota		
Atividades de Serviços de assis-tência e natureza e aluguel outros serviços de equipamentos financeira	0,65% - 1,65%	0,65%	

... continuação

17 DESPESAS POR NATUREZA	31/12/2025	31/12/2024
Custos de transação e serviços a clientes (a)	(2.886.149)	(1.904.123)
Despesa de pessoal (Nota 19.3)	(1.670.873)	(1.820.118)
Despesas de marketing e comissões de vendas (b)	(1.043.227)	(863.964)
Depreciação e amortização	(735.785)	(641.883)
Serviços de terceiros	(216.357)	(187.686)
Despesas com instalações	(46.971)	(43.262)
Despesas com viagens	(25.726)	(20.583)
Outros custos e despesas	(10.121)	(112.751)
	(6.635.209)	(5.595.034)

(a) Custos de transação e serviços ao cliente incluem serviços de captura de transações com cartões, serviços de processamento de transações e liquidação de cartões, custos de logística, taxas de bandeiras de pagamento, serviços em nuvem, provisão para perdas de crédito esperadas e outros custos. (b) Despesas de marketing e comissões de vendas referem-se a despesas de marketing e publicidade, e a comissões pagas a parceiros relacionadas a vendas.

18 OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE FLUXOS DE CAIXAS CONSOLIDADO

18.1 Transações que não envolvem caixa: 18.1.1 Atividades operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Variáveis no valor justo de contas a receber de credenciais de cartões a VJORA	502.503	117.084

18.1.2 Atividades de investimento

	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado adquiridos por meio de arrendamento (Notas 9)	45.995	126.277

18.2 Detalhamento dos itens: 18.2.1 Ajuste a valor justo em instrumentos financeiros designados ao VJR

	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste sobre FIDC e empréstimos bancários designados para hedge de valor justo (Nota 5.8.4.2)	(187.208)	437.348
Ajuste a valor justo de empréstimos designados (VJR)	(63.486)	(7.282)
Ajuste a valor justo de earnout designado	-	(163)
	(250.694)	429.903

18.2.2 Receita de juros recebida, líquida de custos

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de juros recebida sobre antecipação de contas a pagar a clientes	9.264.902	6.988.414
Custo financeiro da venda de recebíveis (Nota 15)	(2.039.290)	(2.544.359)
	7.225.612	4.444.055

18.2.3 Aquisições de imobilizado

	31/12/2025	31/12/2024
Adições de imobilizado (Nota 9)	(726.496)	(1.029.319)
Acrescimos de direito de uso (Nota 9)	45.995	93.489
Pagamentos do ano anterior	(56.809)	(65.340)
Compras não pagas no final do exercício	50.332	56.809
	(686.978)	(944.361)

18.2.4 Aquisições e desenvolvimento de ativos intangíveis

	31/12/2025	31/12/2024
Adições de ativos intangíveis (Nota 10.3)	(339.610)	(339.610)
Acrescimos de direito de uso (Nota 10.3)	-	32.788
Pagamentos do ano anterior	2.017	(14.125)
Compras não pagas no final do exercício	1.745	2.017
Direitos de exploração e de prestação de serviços	16.418	-
Compras e desenvolvimento de ativos intangíveis	(13.317)	(318.930)

18.2.5 Recursos provenientes da alienação de ativos imobilizados

	31/12/2025	31/12/2024
Valor contábil líquido dos ativos alienados (Nota 9.3/ Nota 10.3)	57.695	815.098
Valor contábil líquido de arrendamentos baixados	(2.537)	(2.537)
Resultado na alienação de ativos imobilizados	9.248	(785.041)
Baixas de ativos corporativos	(41.865)	-
Saldo em aberto	(46.259)	(23.504)
	(46.259)	4.016

19 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	3.605	24
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	2.339	47
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	104	43
DLPPAR Participações S.A. (controlador direto comum)	1	-
Stone Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	-	3.936
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	-	3.198
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	-	1.536
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum)	-	29
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	-	9
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum)	-	5
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	-	2
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	-	2
Linx People Ltda. (controlador final comum)	-	2
Vitta Serviços em Saúde S.A. (controlador final comum)	-	1
Linx Saúde Ltda. (controlador final comum)	-	1
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	-	1
	6.049	8.836

Passivos

	31/12/2025	31/12/2024
StoneCo Ltd. (controlador final)	(742.323)	(610.255)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(18.026)	(17.653)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(10.931)	(11.682)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(10.083)	(49)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(4.275)	(3.086)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(302)	(110)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(204)	(506)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(241)	(297)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(93)	(27)
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	-	(1.553)
	(786.478)	(645.218)

Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6.1) (a)

	31/12/2025	31/12/2024
StoneCo Ltd. (controlador final)	(742.323)	(610.255)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(18.026)	(17.653)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(10.931)	(11.682)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(10.083)	(49)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(4.275)	(3.086)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(302)	(110)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(204)	(506)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(241)	(297)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(93)	(27)
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	-	(1.553)
	(786.478)	(645.218)

Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 13) (b)

	31/12/2025	31/12/2024
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	(309.944)	(246.639)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(153.414)	-
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(135.311)	(81.481)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(52.174)	(63.091)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(43.832)	(19.128)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(36.173)	(15.969)
Sponte Educação Ltda. (controlador final comum)	(14.160)	(8.444)
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum)	(12.655)	(23.041)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(8.112)	(1.600)
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(7.721)	(1.580)
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum)	(5.085)	(2.284)
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	(4.868)	(5.933)
DLPPAR Participações S.A. (controlador final comum)	(4.237)	(4.278)
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)	(3.195)	(11.686)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(2.036)	(1.168)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(1.949)	(446)
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração)	(1.639)	(101)
Linx People Ltda. (controlador final comum)	(1.510)	-
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum)	(1.096)	(7.667)
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador final comum)	(1)	(3.860)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	-	(73.663)
Stone Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	-	(2.357)
Stef S.A. (controlador final comum)	-	(1.459)
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	-	(1.015)
Equals S.A. (controlador final comum)	-	(241)
	(811.759)	(577.332)

Depósitos (c)

	31/12/2025	31/12/2024
StoneCo Ltd. (controlador final)	6.634.019	4.057.515
	6.634.019	4.057.515

Depósitos institucionais e títulos de dívida (Nota 5.8.3)

	31/12/2025	31/12/2024
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	-	12
	-	12

Despesas

	31/12/2025	31/12/2024
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(1.049.171)	(459.523)
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	(621.636)	(41.988)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(248.433)	(127.714)

Stone Serviços Financeiros S.A.

Despesas

	31/12/2025	31/12/2024
TAG Tecnologia para Sistema Financeiro (controlador final comum)	-	(1.604)
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	-	(683)
Trinks Serviços de Internet S.A. (controlador final comum)	-	(207)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	-	(104)
StoneCo Pagamentos UK Ltd.	-	-
Dental Office S.A.	-	(89)
APP Sistemas S.A. (controlador final comum)	-	(63)
	(1.919.240)	(632.054)

(a) Em 27 de fevereiro de 2026, foi concluída a transação de venda do Grupo Linx, que deixou de pertencer ao grupo da Stone Co. a partir desta data. Conseqüentemente, as entidades listadas sob o controle da Linx deixam de ser qualificadas como partes relacionadas da Companhia para fins de divulgação em períodos posteriores a fevereiro de 2026. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Principais operações com partes relacionadas: (a) Contas a receber de partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a ratos de despesas compartilhadas; (b) Contas a pagar de partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a operação de subrogação com o FIDC Tapso; (c) Depósitos: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação; (d) Despesas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e uso de licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., despesas de captação com a Stone Corporate e Holding S.A. e serviços de armazenamento e triagem de equipamentos pela Stone Logística Ltda. A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 71.174.

Total (d)

	31/12/2025	31/12/2024
	(1.919.240)	(632.054)

20 BENEFÍCIOS À EMPREGADOS

A Companhia oferece uma combinação de remuneração fixa e variável, com cada parte do mix definida com base na natureza, escopo e senioridade dos diferentes cargos, alinhada às práticas de mercado. A remuneração fixa é paga em dinheiro, enquanto a remuneração variável é paga em dinheiro e/ou por meio da outorga de instrumentos baseados em ações (conforme descrito abaixo). Enquanto a remuneração variável para as equipes de vendas e operações é paga mensal ou trimestralmente em dinheiro, as demais equipes recebem em base anual, o que consiste em uma combinação de pagamentos em dinheiro (bônus em dinheiro) e instrumentos baseados em ações com um cronograma de aquisição de quatro anos (bônus em ações). A Companhia também pode conceder incentivos como parte de um pacote de contratação para atrair talentos específicos para a equipe de alta gestão. A Companhia ocasionalmente outorgou instrumentos baseados em ações, de forma individual ou coletiva, para recompensar desempenho extraordinário. Tais prêmios de ações de reconhecimento especial não fazem parte da remuneração variável baseada em metas, mas são concedidos unilateralmente pela Companhia e possuem um cronograma de emissão e/ou condições de desempenho definidas de forma específica. O bônus em ações anual, o bônus de contratação e os prêmios de ações de reconhecimento especial fazem parte do Plano de Incentivo de Longo Prazo ("PLP" ou "Long Term Incentive Plan - LTIP"), que permite a outorga de instrumentos baseados em ações a funcionários e outros prestadores de serviços em relação às ações ordinárias Classe A.

20.1 Políticas contábeis: 20.1.1 Obrigações de curto prazo: Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são reconhecidos como despesa à medida que o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada com confiabilidade. 20.1.2 Pagamento baseado em ações: A Companhia possui instrumentos de pagamento baseado em ações liquidados com instrumentos patrimoniais, sob os quais a administração outorga ações a empregados e terceiros, dependendo da estratégia descrita anteriormente. O custo das transações liquidadas com instrumentos patrimoniais com funcionários é mensurado utilizando o seu valor justo na data da outorga. O custo é reconhecido como despesa em contrapartida a um aumento correspondente no patrimônio líquido ao longo do período de serviço em que as condições de desempenho são cumpridas (o período de aquisição ou "vesting grade"). A despesa acumulada reconhecida para transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição definitiva reflete a extensão em que o período de emissão decorreu e a melhor estimativa da Companhia quanto ao número de instrumentos patrimoniais que efetivamente serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado para um período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida entre o início e o fim daquele período. Condições de serviço e condições de desempenho que não sejam de mercado não são levadas em conta ao determinar o valor justo dos instrumentos na data da outorga, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de instrumentos patrimoniais que efetivamente serão adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo da data da outorga. Quaisquer outras condições vinculadas a um instrumento, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições que não conferem direito à aquisição. 20.1.3 Planos de participação nos lucros e bônus: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa para bônus e participação nos lucros. O bônus e a participação nos lucros liquidáveis em dinheiro para cada indivíduo são determinados com base nos seguintes fatores: metas corporativas, metas de departamento e avaliação de desempenho individual. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada. 20.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 20.2.1 Pagamento baseado em ações: A estimativa do valor justo para instrumentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado e das premissas subjacentes, o que depende dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga. A Companhia utiliza as seguintes metodologias para estimar o valor justo: • Estimativa de valor justo baseada em transações de capital com terceiros próximas à data da outorga; e • Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes-Merton. Essas estimativas também exigem a determinação de insumos mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação ou direito de valorização, volatilidade esperada do preço das ações da StoneCo, controladora final da Companhia e o rendimento de dividendos esperado.

20.3 Despesas de pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	(1.050.051)	(1.086.109)
Encargos sociais	(298.220)	(359.566)
Pagamentos baseados em ações	(164.001)	(215.733)
Participação nos lucros e bônus anuais	(158.601)	(158.710)
	(1.670.873)	(1,820,118)

20.3.1 Planos de pagamento baseado em ações: As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas internacionais (IFRS 2). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Ações Restritas (Restricted Shares Units - "RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Unidades de Ações de Desempenho (Performance Shares Units - "PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. A tabela abaixo descreve os diferentes tipos de instrumentos em aberto e as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Saldos em 31 de dezembro de 2023

	RSUs	PSUs	Opções	Total
Outorgadas	2.170.475	851.395	-	3.021.870
Emiitidas	(780.743)	-	-	(780.743)
Transferências entre empresas do grupo	(2.246.798)	(669.307)	(1.386)	(2.917.491)
Canceladas	(446.054)	(393.658)	-	(839.712)
	6.603.394	2.975.834	24.186	9.603.414


Saldo em 31 de dezembro de 2024

	RSUs	PSUs	Opções	Total
Outorgadas	1.682.351	206.590	-	1.888.941
Emiitidas	(2.197.516)	-	-	(2.197.516)
Transferências entre empresas do grupo	(102.481)	(29.423)	-	(131.904)
Canceladas	(235.476)	(123.354)	-	(358.830)
	5.750.272	3.029.647	24.186	8.804.105

Saldo em 31 de dezembro de 2025

	RSUs	PSUs	Opções	Total
Outorgadas	2.170.475	851.395	-	3.021.870
Emiitidas	(780.743)	-	-	(780.743)
Transferências entre empresas do grupo	(2.246.798)	(669.307)	(1.386)	(2.917.491)
Canceladas	(446.054)	(393.658)	-	(839.712)
	6.603.394	2.975.834	24.186	9.603.414

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 164.001 (R\$ 215.733 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou na reserva de capital o montante de R\$ 83.421 para a distribuição de remuneração baseada em ações (RS

... continuação		Stone Serviços Financeiros S.A.	
a mudanças em padrões climáticos. Para gerir esses riscos, o Grupo adota sistemas, rotinas e procedimentos que têm como objetivo identificar, avaliar, mensurar, monitorar e mitigar seus efeitos. Periodicamente, são avaliados o impacto e a probabilidade dos riscos, bem		como a mensuração das perdas e prejuízos decorrentes. Ademais, a instituição busca tomar decisões conscientes e responsáveis em sua cadeia de valor, equilibrando oportunidades de negócios com responsabilidade social, ambiental e climática, contribuindo para o	
A Diretoria		Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas			
Aos Administradores e Acionistas da Stone Serviços Financeiros S.A. e Controladas			
<p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Stone Serviços Financeiros S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra</p>		<p>forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada</p>	
		e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
		São Paulo, 30 de abril de 2026.	
		 ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 034.519/O	
		Wanderley Fernandes de Carvalho Neto Contador CRC-SP 300.534/O	

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

